



PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ISSN 1415-1650

Faculdade de Serviço Social

Ano X N^{os} 18 / 19
Campinas 2001



**CADERNOS DE
SERVIÇO SOCIAL**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETORA

Profa. Thais Maria Sartori Burnier Pessoa de Mello

COORDENADORA DE CURSO

Profa. Vânia Maria Caio

MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL

Profa. Eidinê Corsi de Arias

Profa. Jeanete Liasch Martins de Sá

Profa. Maria Carmen Teixeira Fernandes

Profa. Mathilde Andery Burlamaqui da Silva

Profa. Mirian Faury

Profa. Sandra Corrêa Forster Joanini

ISSN 1415-1650

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE CAMPINAS**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

O presente número da Revista Cadernos de Serviço Social da PUC-Campinas traz para os seus leitores uma contribuição sobre a formação profissional.

Apresenta artigos que examinam a formação, na visão dos alunos concluintes do curso de Serviço Social e os espaços da prática profissional, a partir do estudo de organizações sociais de atenção na área específica da assistência social.

Como panorama onde as questões da formação profissional transitam, temos artigos que falam de intervenção profissional, cidadania local, identidade e inclusão com destaque para os chamados "grupos minoritários". Para finalizar, a Revista traz um artigo "para pensar" - a complexidade do Homem e do mundo entre a ciência, a filosofia e a técnica.

Esperamos mais uma vez, com a divulgação destes artigos, contribuir para os avanços e o aperfeiçoamento da prática profissional de Assistentes Sociais e de outros profissionais preocupados com as questões de ação social.

Profa. Dra. Mirian Faury

ÍNDICE

Apresentação	5
O Curso de Serviço Social da PUC-Campinas segundo visão de seus concluintes	7
Newton Cesar Balzan	
Jairo de Araujo Lopes	
Maria Helena Nascimento Saragioto	
Tania Regina Z. Santos	
Ivanete Belluci P. de Almeida	
Organizações Sociais de atendimento à Família, Criança/Adoles- cente, Idoso e Morador de Rua: estudo preliminar	23
Maria Carmen Teixeira Fernandes	
Maria Therezinha Corrêa Marques	
Mathilde Andery Burlamaqui da Silva	
Sandra Corrêa Forster Joanini	
Refletindo sobre a intervenção	73
Dra. Mirian Faury	
Cidadania Local e Planetária: questões para o novo século	81
Dra. Samira Kauchakje	
Maria Antonia de Souza	
Identidade e inclusão como construção social	85
Dra. Samira Kauchakje	
Refletindo sobre a Ciência, a Filosofia, a Técnica e o Homem no mundo de hoje	95
Dr. Gabriel Lomba Santiago	

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC-CAMPINAS SEGUNDO VISÃO DE SEUS CONCLUINTEs

Newton Cesar BALZAN*

Jairo de Araujo LOPES*

Maria Helena Nascimento SARAGIOTO**

Tania Regina Zieglitz SANTOS**

Ivanete Bellucci P. de ALMEIDA**

O presente trabalho é parte integrante do projeto denominado *Conhecer para aprimorar*¹, desenvolvido na PUC-Campinas, sob a coordenação de sua Comissão de Avaliação Institucional (CAINST), resultando da análise das respostas fornecidas pelos concluintes do Curso de Serviço Social a um questionário aplicado no último bimestre do ano 2000². Considerando-se o número de respondentes, os resultados aqui apresentados decorrem da análise de 4650 respostas fechadas e de 975 respostas descritivas. Devem ser consideradas, também, outras 158 respostas descritivas, fornecidas pelos concluintes a dois itens específicos, elaborados pela então Coordenação do Curso de Serviço Social.

(*) Docentes e Membros da Comissão Central de Avaliação Institucional da PUC-Campinas

(**) Alunos do Programa de Mestrado em Educação da PUC-Campinas e Auxiliares de Pesquisa junto ao CAINST.

(1) Informações sobre o Projeto podem ser obtidas através de consulta à *Série Acadêmica* (12), publicada pela PUC-Campinas em 1999.

(2) Os itens que compõem o questionário respondido pelos concluintes consta da *Série Acadêmica* (14) publicada pela PUC-Campinas em 2000. O mesmo número contém informações sobre a metodologia utilizada na coleta e análise de dados.

O percentual de respondentes pode ser considerado como bastante satisfatório (89,3 % dos formandos).

Dados sobre os itens abordados a seguir constam de tabelas apresentadas no final deste texto.

1 - PERFIL SÓCIO-CULTURAL

Estudantes-trabalhadores por excelência, quase $\frac{1}{4}$ deles dedicando-se a atividades profissionais em períodos que ultrapassam 8 horas diárias, o universo dos concluintes é composto quase exclusivamente por indivíduos do sexo feminino.

Ao ingressar na Universidade, em 1997, o grupo alcançou médias baixas nos exames vestibulares, apresentando 153 pontos abaixo da média dos ingressantes nos cursos da área de Ciências Humanas. Distanciava-se 474 pontos do grupo que havia alcançado a média mais alta, tendo seu primeiro colocado apenas 21 pontos acima do último aprovado no curso que registrou a maior média.

Este fato, se por um lado não impediu que mais de $\frac{3}{4}$ dos ingressantes concluíssem o curso no prazo estabelecido – distanciando-se de modo favorável em relação aos concluintes da PUC-Campinas considerados em sua totalidade³, por outro lado, reflete negativamente nas formas de expressão, demonstrando baixa familiaridade com a língua culta, fato constatado pela leitura de suas respostas descritivas. Os respondentes têm conhecimento sobre este aspecto, expressando interesse em terem disciplinas direcionadas à gramática e redação durante o curso.

O grupo aproxima-se dos concluintes da Universidade em geral no que se refere aos meios de comunicação mais utilizados para se manterem informados sobre a situação social, política e econômica do país e do mundo atual: recorre principalmente à TV, vindo a seguir o jornal e as revistas.

⁽³⁾ Os resultados obtidos junto aos concluintes, considerados globalmente, constam da *Série Acadêmica* (16), Campinas, 2001.

Distancia-se de modo marcante do alunado da Universidade em geral, no que se refere à atuação junto a comunidades de bairro, grupos assistenciais, ONGs e entidades afins, uma vez que mais de $\frac{2}{3}$ dos concluintes de Serviço Social têm algum tipo de atuação social fora dos espaços da Instituição, índice que corresponde a apenas pouco mais de $\frac{1}{3}$ quando se considera a totalidade dos concluintes.

Como a maioria dos formandos da PUC-Campinas, o concluinte de Serviço Social tem baixa familiaridade com as línguas estrangeiras de maior uso nos meios acadêmicos: mais de $\frac{2}{3}$ não lêem em espanhol e aproximadamente $\frac{3}{4}$ não o fazem em inglês. Sob este aspecto, o grupo se encontra em situação ainda pior que a média geral dos concluintes.

2 - APRENDIZAGEM

Da mesma forma como se registrou em relação aos concluintes de modo geral, um índice expressivo de concluintes afirma estudar exclusivamente para provas, indicando que a avaliação desempenha importante fator - senão único - de estímulo para a aprendizagem.

É preocupante o fato de 80% dos concluintes de Serviço Social se considerarem pouco motivados durante as aulas. Observa-se que percentual bastante próximo foi registrado, também, junto aos concluintes em geral.

Em termos de aquisição de autonomia intelectual – que implica habilidades de elaborar textos e localizar autores ou obras, por exemplo - o grupo se distribui de modo semelhante aos concluintes da Universidade em geral: cerca de $\frac{1}{3}$ consideram tê-la adquirido antes do ingresso na Universidade, metade diz tê-la adquirido durante o curso e pouco menos de $\frac{1}{5}$, indica não havê-las adquirido por ocasião da conclusão do curso.

Os concluintes de Serviço Social distanciam-se de modo marcante dos concluintes em geral, quanto ao interesse pessoal e oportunidades oferecidas durante o curso para discutir determinados temas atuais. Ética, globalização, cidadania e exclusão social,

principalmente os dois últimos, são os temas mais citados por expressivo número de concluintes.

Da mesma forma como se registrou na maioria dos cursos, a biblioteca, além de ser considerada como* pouco atualizada, não parece fazer parte do dia a dia da vida estudantil, uma vez que são baixos os percentuais que indicam sua utilização como local de estudo. Evidentemente, esta observação deve ser associada ao próprio perfil sócio-cultural do estudante desse curso: um indivíduo que trabalha o dia todo e muitas vezes viaja 150 km nos percursos de ida e volta entre residência e Universidade.

As relações professor-aluno e aluno-aluno são consideradas como predominantemente favoráveis por cerca de $\frac{2}{3}$ dos concluintes do curso, aproximando-se da média geral da Universidade. Merece registro, no entanto, o fato de as relações professor-aluno superarem ligeiramente, em termos de favorabilidade, as relações aluno-aluno. As respostas favoráveis às relações professor-aluno devem ser examinadas ao lado das respostas fornecidas à terceira parte do questionário e àquelas fornecidas pelo questionário específico, que contém fortes críticas ao curso. Explorar em profundidade as contradições entre as respostas fornecidas pelos estudantes a questões correlatas, certamente levará a uma melhor compreensão sobre o curso a partir da visão de seu corpo discente.

O concluinte de Serviço Social tem menor contato com a informática que a média geral dos concluintes da Universidade. No entanto, cerca de $\frac{3}{4}$ fazem uso de microcomputadores, metade dispõem de serviço de provedores em suas residências.

O concluinte de Serviço Social tem altas expectativas em relação à continuidade dos estudos, ao lado do exercício imediato da profissão: realização de cursos de atualização, de especialização, de estágios e de pós-graduação em nível de mestrado, estão entre seus objetivos imediatos. Sob um aspecto, no entanto, o grupo se distancia dos concluintes da PUC-Campinas considerados globalmente: pouco menos da metade dos concluintes deste curso afirma pretender realizar outro curso de graduação, índice que não atinge $\frac{1}{4}$ quando se considera a totalidade dos respondentes.

3 - VIDA UNIVERSITÁRIA. VIDA PROFISSIONAL. PROJEÇÕES PESSOAIS

Se por um lado o conceito sobre o curso não se apresenta como satisfatório – não atinge 15% o índice daqueles que dizem ter optado pela PUC-Campinas em função do conceito do curso e metade dos estudantes o considera como desgastante – por outro lado, um número significativo de concluintes afirma que se pudessem voltar atrás fariam o mesmo curso na própria PUC-Campinas e metade o recomendariam a outras pessoas. Sob estes dois últimos aspectos, os formandos em Serviço Social distanciam-se de modo favorável em relação aos formandos da Instituição, considerados como um todo.

Assim como a maioria dos concluintes dos demais cursos, o formando em Serviço Social, ao ingressar na Universidade, tinha como principal expectativa a aquisição de uma formação profissional voltada para o trabalho. Cabe registrar que cerca de $\frac{1}{3}$ dos concluintes considera que o curso realizado não deu condições para que essa expectativa fosse alcançada. Mais uma vez, no entanto, os concluintes deste curso não se distanciam de modo marcante do total da Universidade.

Vejamos, a seguir, como os concluintes de Serviço Social se manifestaram em relação às idéias de boa universidade e de principais características da vida universitária.

Uma Boa Universidade é aquela que dá a base para o aluno de uma maneira geral, de forma multidisciplinar, mas cabe ao aluno se aprofundar mais em todos os assuntos para ser um profissional competente, com um saber geral e visão crítica.

Uma vida participativa no seu meio acadêmico, comunitário e social; com uma amplitude de serviços culturais; uma vida responsável com a formação de profissionais altamente qualificados.

Os extratos acima, que expressam uma visão até certo ponto madura de Universidade, constituem exceções dentro do conjunto de respostas coletadas. A maioria dos concluintes se restringiu a aspectos de ordem estrutural e didático, fazendo referências principalmente àquilo que terá faltado durante o curso e com destaque à sala de aula:

Oferece uma infra-estrutura melhor e com livros atualizados, micro, vídeo em todas as salas de aula, laboratórios de estudos.

Merece destaque o alto percentual de respostas que focaliza o professor como elemento de fundamental importância para a boa universidade e para a vida universitária:

... professores qualificados e renomados que não dêem somente textos e mandem responder perguntas.

...bons professores, atualizados, dinâmicos.

Como o respondente de Serviço Social viu a qualidade de ensino que lhe foi oferecida? Observa-se que 41% das respostas úteis apontaram para um ensino de boa qualidade com ou sem ressalvas, enquanto 59% consideraram que não foi boa, embora apontem alguns pontos positivos. A maioria das respostas indica a necessidade de mudanças urgentes em alguns setores, tais como espaço físico, atualização de acervo da biblioteca e aponta como problema a desatualização de alguns professores, com foco na metodologia que vem sendo utilizada:

O curso é maravilhoso... Com relação ao ensino oferecido, poderia ser melhor. Sair da lousa e giz.

O curso tem disciplinas espetaculares, mas são ministradas por professores de maneira tímida.

Os alunos também demonstraram não ter clareza da distribuição dos conteúdos ao longo do curso. Assim, consideram que ocorre repetição de conteúdos e não, como é proposta do curso, a rerepresentação dos conteúdos com novos enfoques, em novos contextos, ou com maior nível de exigência ou de reflexão.

Quanto à contribuição para a formação profissional, 70,5% dos que responderam a esta questão consideraram que, de alguma forma, a contribuição foi positiva. Há, no entanto, uma sensação de insegurança que se apresenta claramente em algumas respostas:

Estou concluindo o curso e não sei o que um Assistente Social deve fazer em determinadas situações...

...falta de orientação na prática...

Esta incerteza, contudo, não está presente somente nos concluintes de Serviço Social. Ao contrário, os alunos dos últimos anos da Universidade, de um modo geral, carregam um misto de expectativa em relação ao novo e a responsabilidade de administrar quase sempre sozinhos, situações novas com as quais se depararão no dia-a-dia da profissão.

Fato constatado é que, para muitos respondentes, concluir o curso de Serviço Social vai além de uma realização profissional, ou mesmo está acima dela: é a consolidação de uma realização no âmbito pessoal. Expressam uma história de vida que, provavelmente, foi modificada no decorrer do curso; é como se estivessem ali em busca de solução para seus próprios problemas:

Contribuiu e muito , pois posso dizer que minha visão está sendo modificada desde que entrei na universidade.

Excepcional. Vejo o mundo com outros “olhos”. Me fortaleci muito.

Ao serem indagados sobre a contribuição para a formação ético-humanística, 84% consideraram que o curso foi muito positivo. Justificam seus posicionamentos por trabalharem mais com pessoas excluídas, por estarem em contato com o mundo real, e não com o mundo da aparência. O concluinte deixou transparecer que os estágios e trabalhos desenvolvidos ampliaram seu poder de leitura da realidade e sua dimensão crítica:

... a faculdade contribuiu para ver o ser humano com outros olhos, e não como objeto do capitalismo, mas sim como pessoa, ser pensante.

Nem por isso deixaram de criticar a superficialidade com que alguns assuntos foram tratados. Alegaram que autores importantes não foram citados e que algumas informações tiveram que buscar *por conta própria*. Ao mesmo tempo, uma parcela de respondentes alegou que leva uma vida corrida, de trabalho e faculdade, com pouco tempo para estudo. Para expressar a opinião sobre seu próprio aproveitamento, assim responderam:

Não foi dos melhores. A rotina de trabalhar e estudar é desestimuladora e desgastante.

O aproveitamento não é adequado, devido ao pouco tempo para estudar e pesquisar.

Há, portanto, um desafio a ser vencido pelo corpo docente desta faculdade, qual seja, encontrar formãs de conciliação entre universos discentes distintos: alunos que consideram que o curso deva ser mais exigente, com maior número de leituras e mais atualizado; alunos que não têm tempo para maiores estudos, contando para isso com o momento da sala de aula; alunos que estão plenamente realizados profissionalmente; alunos que encontram no curso soluções para seus próprios conflitos; alunos que ingressam no curso com concepção assistencialista; alunos que enxergam um campo profissional mais amplo.

Ao se manifestarem em relação aos aspectos positivos observados no curso e que deveriam ser reforçados ou ampliados, observa-se mais uma vez o destaque dado ao professor como figura expressiva no processo de desenvolvimento do estudante, ao lado de uma valorização de aspectos ligados à didática, bem como a situações que extrapolam os limites da sala de aula:

Alguns professores que contribuíram efetivamente com o aprendizado, elaborando aulas que realmente prenderam a atenção dos alunos.

Ações da Faculdade na comunidade.

As palestras, as semanas de estudo com a presença de pessoas expondo e discutindo temas atuais.

A figura do professor, aspectos de ordem didática e questões de ordem curricular, têm marcante presença na fala do formando ao se referir àquilo que terá sido negativo no curso, devendo ser alterado ou suprimido:

Os professores que no decorrer do ano não contribuíram para nossa formação, ou seja, não se envolveram com o ensino.

A metodologia, a didática, o modo de expor as aulas, deveriam ser mais dinâmicas, diversificadas, criativas.

Acredito que o curso não necessita de 4 anos. O 4º ano torna-se repetitivo, sem matérias, disciplinas diferentes.

As projeções que fazem sobre a vida profissional nos próximos cinco anos deixam claro o anseio pela continuidade dos estudos, explicitam aquilo que a frequência à Universidade terá representado em termos de gastos financeiros e revelam consciência sobre as dificuldades que o momento atual impõem aos recém-egressos:

Pretendo fazer mestrado e ingressar na vida acadêmica/intelectual.

Procurar um emprego melhor, fazer inglês e curso de especialização.

Espero que seja recompensado todo o esforço de 4 anos vindos direto do trabalho, sem banho, com fome, sono, cansaço, e o valor alto da mensalidade seja finalmente voltado para o meu bolso.

Solicitados a se manifestarem sobre suas expectativas imediatas, isto é, logo após a conclusão do curso, a grande maioria dos respondentes revelou interesse em ingressar na profissão para a qual estavam se habilitando e em dar continuidade aos estudos através de cursos de atualização, de especialização, de pós-graduação, assim como através de estágios. Se por um lado essas expectativas são idênticas, em termos de frequência, às apresentadas pelos concluintes dos demais cursos, sob um determinado aspecto este grupo se diferencia dos demais concluintes da Universidade: quase a metade dos concluintes de Serviço Social afirma pretender realizar outro curso de graduação, índice que não atinge $\frac{1}{4}$ quando se considera a totalidade dos respondentes.

4 - QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO

O questionário específico, respondido pelos concluintes de Serviço Social é composto por dois itens elaborados pelos docentes do próprio curso:

1º) Como o aluno de 4ª série avalia as especificações das disciplinas apresentadas no decorrer do curso e que sugestão faria para alguma especificidade dos assuntos tratados?

2º) Faça uma apreciação de como você avalia a orientação e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

De modo geral as respostas dos estudantes aprofundam, ampliam e esclarecem aquilo que já tiveram oportunidade de assinalar em respostas ao questionário geral.

As respostas à primeira questão tendem a explicitar descontentamento em relação a conteúdos repetitivos, a professores que não estimulam os alunos e que não se mantêm atualizados. Põem em evidência a defasagem dos concluintes em relação à língua portuguesa, pleiteando cursos de gramática e de redação, por exemplo.

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as avaliações tendem a ser extremadas, oscilando entre os níveis de excelência e de sofrível, pondo em evidência o papel do professor-orientador. Revelam insatisfação em relação ao excesso de trabalho no 4º ano, sugerindo que o último bimestre – e mesmo o último semestre – fosse dedicado exclusivamente ao TCC.

Algumas matérias como metodologia e teoria deveriam estar juntas, acrescentando-se idiomas e gramática já que o nosso curso é teórico e inclui projetos. Há matérias muito repetitivas como (...) desmotivando os alunos.

Seria importante a exclusão de tantas provas e trabalhos no 2º semestre para o quarto ano. Assim, com certeza, teríamos TCC's melhor elaborados.

Ótimo, não tenho nenhuma reclamação (em relação ao TCC) pois minha supervisora é ótima orientadora e sempre me deu todos os suportes necessários.

Péssimo, não orienta e acaba desestimulando o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação dos dados da Avaliação – 2000 aos professores da Faculdade de Serviço Social, assim como para professores das demais Faculdades da PUC-Campinas, não tem intenção de expor simplesmente os problemas que são explicitados na opinião do aluno.

Em primeiro lugar, trata-se da fala do aluno concluinte, aquele que, no momento da aplicação do questionário, apresentava-se envolvido num estado emocional que mescla cansaço, investimento na formação, incerteza quanto ao campo profissional e quanto à eficiência de sua futura atuação diante de problemas não delineados com os quais possivelmente se defrontará. Ao mesmo tempo, trata-se de um aluno que passou alguns anos no curso e, se sua fala não expressa a verdade, ela contém verdades que não podem ser desprezadas pelos docentes e pela administração superior da Universidade.

Por outro lado, são dados obtidos por meio dos alunos que freqüentavam o último ano da faculdade em 2000, submetidos a um currículo em extinção. Quanto a este fato, é importante ressaltar, num primeiro momento, o esforço que os docentes da Faculdade de Serviço Social vêm empreendendo na atualização do currículo e na sua consolidação, claramente visíveis no seu projeto pedagógico e nas reflexões contidas na publicação **Cadernos de Serviço Social – Edição Especial de 50 anos**. Contudo, deve-se ficar atento aos dados da avaliação no sentido de que reforcem os pontos positivos apontados pelos alunos, e reflitam sobre os pontos negativos apontados pelos respondentes. É provável que algumas respostas apresentadas retratem a não compreensão do aluno a uma proposta de curso de melhor qualidade que esteja mais próximo às tendências da área na atualidade, porém podem estar expressando uma falha na comunicação sobre o objetivo e filosofia do curso. Além disso, a reestruturação curricular, tão bem fundamentada por escrito, está se processando com os mesmos atores – professores e alunos – e o mesmo cenário – a instituição – que deverão estar atentos para que os vícios conceituais, pedagógicos e de estrutura não se repitam, e a nova proposta represente avanços rumo à melhor formação do profissional em tão importante área dentro do contexto nacional.

Serviço Social

PUC geral

IDADE

%

Até 23	21,3	53,7
Acima de 30	24,0	10,6

SEXO

Masculino	1,3	39,0
Feminino	98,7	61,0

TRABALHO

Sim	90,7	65,3
+ 8 horas / dia	23,5	17,5

RELAÇÃO TRABALHO-CURSO

Sim	57,4	76,0
Trabalho e aproveitamento estudantil (Positivo)	76,5	76,0

MEIOS DE INFORMAÇÕES

TV	44,0	40,05
Jornais	21,6	21,6

ATUAÇÃO JUNTO ÀS COMUNIDADES, ONG'S E ENTIDADES AFINS

Não	14,7	62,0
-----	------	------

DOMÍNIO DE LINGUA ESTRANGEIRA - LEITURA (Não)

Inglês	72,0	26,0
Espanhol	68,0	53,8
Francês	84,0	82,0

ESTUDO (Horas/Dia)

1 a 3h/dia	57,3	55,7
Praticamente nenhuma	6,7	10,8

ESTUDO (Quando)

Somente para provas	25,3	33,3
	Serviço Social	PUC geral

Serviço Social	PUC geral
-----------------------	------------------

BIBLIOTECA (Uso)

%

Para retirar livros	*	61,3	46,1
Para trabalho e estudo		9,3	20,1

BIBLIOTECA (Disponibilidade)

Livros atualizados		25,3	30,9
--------------------	--	------	------

ASSIDUIDADE

Alta		54,7	53,9
------	--	------	------

MOTIVAÇÃO DURANTE AS AULAS

Pouca		80,0	77,0
-------	--	------	------

PONTUALIDADE (Sim)

Início e final do período		42,7	42,3
---------------------------	--	------	------

AUTONOMIA INTELECTUAL

Antes do ingresso		32,0	34,8
Durante o curso		49,3	42,7
Não adquirida		18,7	20,3

TEMAS ATUAIS DE INTERESSE E ABORDADOS NO CURSO

Globalização		54,7	23,4
Ética		49,3	30,6
Exclusão social		56,0	17,7
Cidadania		49,3	17,6

INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE (favoráveis)

Condições para o estudo		18,7	13,7
Relações professor-aluno		64,0	52,6
Relações aluno-aluno		62,7	65,1

INFORMÁTICA

Uso de microcomputador		76,0	87,4
Disponibilidade de serviço de provedor na residência		52,0	74,4

Serviço Social

PUC geral

OPÇÃO PELA PUC-CAMPINAS

%

Conceito de Universidade	36,0	24,2
Facilidade de acesso	8,0	13,1
Único curso da região	32,0	15,3
Conceito de curso	14,7	21,6

MOTIVOS PARA ESCOLHA DO CURSO (relevante e muito relevante)

Possibilidade de realização pessoal	82,7	83,0
Contribuição para melhoria da sociedade	86,7	70,1
Desenvolvimento como pessoa	82,7	79,1
Competência profissional	81,3	78,9
Aquisição de título universitário	62,6	57,3

FARIA O MESMO CURSO

Sim, na PUC-Campinas	40,0	29,2
Sim, em outra instituição	20,0	34,8
Não	12,0	9,3

RECOMENDARIA O CURSO

Sim	46,3	34,3
Não	9,3	27,3

EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO CURSO NO MOMENTO DO INGRESSO

Formação profissional	53,3	60,4
-----------------------	------	------

CONDIÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DA EXPECTATIVA REGISTRADA

Não oferecidos pelo curso	32,0	34,8
---------------------------	------	------

ATIVIDADES EXTRA CLASSE

Esportivas e culturais	41,3	46,9
Propostas pela coordenação	66,7	53,7
Propostas pelo diretório estudantil e/ou centro acadêmico	54,7	36,2

Serviço Social

PUC geral

PERSPECTIVAS IMEDIATAS

%

Exercício da profissão *	90,7	85,3
Estágios	73,3	65,9
Cursos de especialização	80,0	78,4
Cursos pós graduação (mestrado)	66,7	54,2
Outro curso de graduação	41,3	24,9
Cursos de atualização	92,0	85,8
Outra profissão	21,3	15,2

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA, CRIANÇA/ADOLESCENTE, IDOSO E MORADOR DE RUA: UM ESTUDO PRELIMINAR*

Profa. Maria Carmem T. FERNANDES**

Profa. Maria Therezinha C. MARQUES**

Profa. Mathilde Andery B. da SILVA**

Profa. Sandra Correa F. JOANINI**

INTRODUÇÃO

Na Constituição Brasileira de 1988, reconhecida, também, como Constituição Cidadã, a Assistência galga o status de política pública e é incluída no tripé da seguridade social, juntamente com a política de saúde e da previdência social. Representa um avanço na evolução da proteção social do país e ao mesmo tempo, o reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado o que significa assegurar o exercício da cidadania como atitude imprescindível ao desenvolvimento social, cultural, ético e político em consonância à busca da estabilidade econômica.

A Assistência Social, enquanto política, passa a apresentar nova forma de trabalhar a questão social uma vez que confere ao cidadão o direito a essa política, em substituição ao de “assistido”, ou de “favorecido”.

Extrapolar o texto legal e tornar reais as suas propostas num empreendimento comum entre o poder público e a sociedade civil. A

(*) Trabalho extraído do Programa de Extensão "Gestão dos Direitos Sociais e o Estabelecimento da Cidadania: compromisso da FSS/PUC-Campinas".

(**) Docentes da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

cidadania não se faz presente sem a conquista do seu exercício, sem que cidadãos se reconheçam, se identifiquem como seus protagonistas.

A Faculdade de Serviço Social, enquanto instituição de ensino, formadora de assistentes sociais atuantes nesse contexto, representa historicamente um espaço privilegiado para trabalhar no efetivo exercício da cidadania. Espaço esse aberto à participação da comunidade, de articulação com os conselhos de direitos, organizações governamentais, organizações não governamentais, fundações, no momento em que se comemoram seus 50 anos de existência. Acresce-se ainda, o trabalho desenvolvido há quase uma década no investimento de formação continuada das assistentes sociais de seus campos de estágio.

No biênio 2000/2001, o Programa de Extensão “Gestão de Direitos Sociais e o Estabelecimento da Cidadania: Compromisso da FSS/PUC Campinas”, desencadeou ações comprometidas, recíprocas e transformadoras, entre academia–comunidade–sociedade, produzindo conhecimento, articulando ensino, pesquisa e extensão. O Programa numa relação dinâmica e interativa da Universidade e realidade local e regional, para o enfrentamento dos atuais desafios, considera imprescindível a articulação com o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Fórum do Morador de Rua, Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como objetivos:

- sensibilizar a sociedade civil e o poder público no processo de universalização dos direitos sociais e da cidadania;
- subsidiar as entidades de assistência social na formulação de políticas sociais voltadas ao atendimento da família, da criança/adolescente, do idoso e do morador de rua.
- oferecer condições para a formação continuada de pessoal, na gestão dos direitos sociais e o estabelecimento da cidadania.

O referido Programa é constituído dos Projetos:

- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção à Família

- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção à Criança e ao Adolescente
- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção ao Idoso
- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção ao Morador de Rua

O Programa, ao apresentar os quatro projetos, cujos conteúdos são desdobramentos da questão social e estão presentes na dinâmica da sociedade atual, objetiva, na sua publicação, contribuir à formação profissional de assistentes sociais e outros atores envolvidos com os segmentos enfocados. Ressalta-se o papel da Universidade / Faculdade de Serviço Social na identificação de situações sociais presentes na realidade social, suscitando o debate e o aprofundamento dessas questões.

O Programa, quando em sua fase de implantação, desenvolveu levantamento de dados para caracterização das organizações não governamentais, de atenção à família, à criança / adolescente, ao idoso e ao morador de rua, cujos resultados estão sendo divulgados neste artigo, para o debate e reflexão.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO À FAMÍLIA

Professora Maria Carmem Teixeira Fernandes

O estudo sobre Família e ONGs que atendem esse segmento traz para o Serviço Social a possibilidade de produzir e sistematizar conhecimentos sobre as especificidades dessa área, na direção de uma prática profissional comprometida e sintonizada com as reais necessidades e expectativas de seus usuários.

A Família, enquanto lugar natural de proteção e inclusão social, vem passando por significativas transformações culturais e sociais nesta virada de século, ampliando seus direitos e deveres, o que

requer uma constante reflexão e discussão dos mesmos pelos profissionais e demais segmentos envolvidos nessa área, para fazer frente aos desafios e contradições que estão sendo colocadas à mesmas.

A Constituição de 88, em seu artigo 226, parágrafo 3º - com o título: “Da família, da Criança e do Adolescente e do Idoso”, amplia o conceito de Família, reconhecendo a união estável entre homem e a mulher, como entidade familiar e suprimindo a expressão “constituída pelo casamento”. Significou um avanço legislativo em relação às Constituições brasileiras anteriores, que colocavam sob sua proteção apenas a família denominada “legítima”. Os novos paradigmas estão amparados na perspectiva de que para a constituição de uma família, os elementos essenciais são laços de afetividade e/ou consangüinidade.

Nesse contexto é cada vez mais importante estudar, acompanhar e orientar o grupo familiar, no sentido de potencializar seus membros, fortalecer e estabelecer vínculos relacionais, para fazer frente à realidade contemporânea. É necessário também investir, reforçar ou implementar sistemas de apoio, de rede de equipamentos sociais que desenvolvem Programas de Proteção e de Qualidade de Vida da Família, especificamente àquelas vulnerabilizadas pela pobreza.

Contribuindo com a superação dos desafios apontados, este trabalho foi desenvolvido, através de uma pesquisa de levantamento, especificamente as ONGs de atenção às Famílias, implicando esforços para estreitamento de relações entre meio acadêmico e comunidade/ realidade social, na busca de encontrar respostas profissionais para atender e transcender as demandas que estão sendo colocadas à profissão.

Para a coleta de dados junto a essas entidades foi obtida uma amostra que correspondeu a 45,5% de entidades de atenção à Família, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Campinas.

O formulário foi respondido por dirigentes e ou equipe técnica dessas entidades, numa proporção de 50% de entrevistados que ocupam cargos administrativos e 50 % cargos técnicos. Os cargos administrativos se referem a Presidente da entidade, Vice Presidente,

Diretor, Tesoureiro e Gerente operacional. E entre os cargos técnicos, o Assistente social, Psicólogo e Estagiária de Serviço Social.

Essas ONGs de atenção à Família tem como missão/finalidade, segundo os entrevistados, prioritariamente a ajuda/acolhimento, e os objetivos de prestar serviços assistenciais de ordem material, moral, cultural e educacional dos usuários, visando saciar a fome e segundo uma minoria, resgatar a cidadania das famílias matriculadas

O regime de atendimento dessas ONGs em sua maioria (70%) se identifica como Regime Aberto, e 20% como semi aberto, tendo como âmbito de ação o Município de Campinas (50%) .

A situação econômica das famílias matriculadas está situada prioritariamente entre zero a quatro salários mínimos (49,8%), e o grau de instrução: 1º grau incompleto(50%). São famílias, em sua maioria, procedentes do Norte (23,8%) e Nordeste(28,5%), sendo o usuário encaminhado às entidades pela própria comunidade (66,6).

Especificamente os principais problemas apresentados pelas famílias atendidas, do ponto de vista dos entrevistados, estão relacionados com a saúde,(27,0%), existindo também em menor percentual (13,5%) os econômicos e os problemas habitacionais.

Os principais recursos financeiros das ONGs, num percentual de 67,64%, advém de fontes de receitas não governamentais, especificando: Convênios19,35%, doações 16,12%, quadro de associados12,9%, atividades rentáveis e Fundações 9,6% cada categoria. Os recursos governamentais representam 32,25% das fontes de receita das ONGs, sendo 25,8% Municipais e 6,4% Estaduais

O quadro funcional das ONGs de atenção à Família é composto em sua maioria voluntários, ou seja 76,3% e de 23,7% de pessoal remunerado.

Esses dados, especificamente relacionados a missão/ objetivos das entidades, e a ênfase na participação voluntária vem reafirmar as características e o próprio conceito de 3º Setor, enquanto "Setor composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros

domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil". (Fernandes, 1995:27)

As funções exercidas pela maioria dos funcionários administrativos, tanto remunerados como voluntários, se referem a assistentes/auxiliares administrativos enquanto que os funcionários do setor técnico/profissional são assistentes sociais e monitores de programas sociais. Dentre voluntários deste setor encontram-se as costureiras (23,0%), as professoras (15,3%) e coordenadores pedagógicos e advogados (12,8%).

No setor de manutenção, a maioria dos funcionários remunerados são os encarregados/auxiliares de serviços gerais, motoristas e cozinheiros, entre outros. Entre os voluntários a grande maioria refere-se a auxiliares de serviços gerais, sem especificação de funções.

Somando-se as horas trabalhadas nas ONGs obtém-se um total de 189 horas semanais, sendo 72% voluntárias e 27% remuneradas.

A maioria, (40%), dos funcionários remunerados trabalha 40 horas semanais, ou seja período integral e entre os funcionários voluntários a maioria (36,3%) trabalha 12 horas semanais.

No que se refere aos Programas/ Projetos e ou serviços de proteção às famílias desenvolvidos pelas ONGs, as respostas foram agrupadas segundo as ações básicas de Proteção à Família no âmbito da Assistência Social editadas pelo Ministério da Assistência Social, Secretaria da Assistência Social de Brasília e Instituto de Estudos Especiais da PUC - São Paulo e foi constatado que os serviços de pronto atendimento assistencial, incluindo o Plantão e o atendimento agendado foram os mais citados, representando 45% das respostas. Esses serviços são mantidos pelas entidades para atender as famílias em suas carências, próprias da situação de pobreza e exclusão. Em geral são serviços compensatórios, que incluem ajuda material e financeira.

Também foram citados Serviços Comunitários de apoio psicossocial, cultural e advocatício, num menor percentual de 35%. Esses serviços valeram-se de agentes da própria comunidade e ou voluntários para o desenvolvimento de atividades de lazer, artesanais e

culturais e educacionais. São serviços importantes para o atendimento do grupo familiar mas, para atingir seus objetivos deverão trabalhar os vínculos relacionais, a convivência comunitária, a auto estima de cada um de seus membros e do grupo, a auto-confiança, o stress, a qualidade de vida, entre outras questões, o que implica numa capacitação continuada dos agentes envolvidos.

Os Programas de complementação da renda familiar, aparecem com um percentual reduzido de 10%, o que indica a necessidade se investir mais nesse tipo de programa, que é sem dúvida a necessidade fundamental para a manutenção da unidade familiar, nesse tempo de mudanças. Entre esses programas foram citados o de Renda mínima, o Benefício de Prestação Continuada, a auxílio natalidade e reclusão.

A complementação da renda familiar é hoje imprescindível na composição de uma política de proteção ao grupo familiar, tendo como objetivos a emancipação das famílias permitindo a construção de projetos de autonomia e inclusão social, e, envolvem a família como um todo num processo educativo e de capacitação

Programas de geração de emprego e renda não foram citados, apontando poucas iniciativas tanto do poder publico como de ONGs diante dessa necessidade . Ressalta-se também aqui o número reduzido de Pesquisas nessa área, ou seja, 5% das respostas.

No que se refere aos resultados alcançados por esses programas, a maioria de respostas sinaliza para o combate/ diminuição da fome e para a participação dos usuários nas atividades desenvolvidas por essas entidades, não enfocando a contribuição dos mesmos para o fortalecimento e autonomia familiar numa perspectiva emancipatória desse grupo.

Quanto a forma dessa participação, as respostas foram agrupadas em participação direta e não direta. A participação direta significa uma participação planejada, direcionada, independente da escolha do usuário. A não direta respeita a opção do usuário, sendo ou não planejada pelo mesmo. Os dados revelaram que a maioria dos usuários participam dos programas/projetos e ou serviços de forma direta (50%) e um menor número de forma não direta (37,5%).

A articulação das ONGs de Família com outras entidades da comunidade acontece prioritariamente com os Conselhos (32,1%), e com o Poder Municipal – Prefeitura (21,4%) e outras ONGs da comunidade (21,4%). Utilizam preferencialmente recursos e equipamentos da rede municipal da Saúde, entre eles foram os Núcleos, Centros de Saúde e serviços médicos municipais. Não foram abordados pelos entrevistados serviços intersetoriais de atenção à família, otimizando relações e recursos existentes, com objetivos voltados para a proteção e melhoria da qualidade de vida do grupo familiar.

O trabalho em rede de relações e rede de recursos, com compromissos sociais, torna-se hoje um espaço efetivo para a concretização de práticas participativas e democráticas. Essas redes resultam da articulação e cooperação de atores sociais, devidamente preparados e capacitados para o enfrentamento dos problemas contemporâneos da realidade brasileira.

No que se refere ao conhecimento das ONGs em relação a LOAS, 60% dos entrevistados (dirigentes das entidades e ou equipe técnica), afirmaram que seguem as diretrizes da LOAS, 30% responderam negativamente e 10% não responderam. Para sua operacionalização, 40% dos sujeitos disseram não encontrar dificuldades e 50% dos mesmos não se manifestaram sobre esta questão.

Quanto ao conhecimento do ECA, 70% dos entrevistados afirmaram seguir suas diretrizes e 20% responderam negativamente e 10% não responderam. Entre as principais formas de operacionalização do ECA citadas estão a discussão com os usuários sobre seus direitos, a prática de acionar órgãos competentes quando necessários e o respeito da entidade à criança, incentivando sua educação.

Os principais avanços que estas leis trouxeram para as entidades, segundo os sujeitos pesquisados, estão relacionados com a garantia dos direitos dos usuários e a facilidade que essas leis trouxeram para a resolução dos problemas da entidade.

Os entrevistados, em sua maioria, entendem por direitos sociais como sendo os direitos concedidos a todos os cidadãos e também os direitos garantidos por lei.

Esses dados revelam que as respostas dos entrevistados não contemplaram a proteção à família, a gestão de políticas sociais, o trabalho em rede e as novas atribuições e competências da Família após a implantação dessas leis. •

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao definir em seu artigo 2º os objetivos da Assistência Social, garante proteção à Família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice.

A LOAS preconiza em suas diretrizes a descentralização política administrativa das ações referentes a política de proteção social às famílias. Coloca no âmbito municipal o espaço para gestar essas políticas, e articular o conjunto de serviços e ações, com vistas a assegurar um projeto de proteção e inclusão social desse segmento.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069/90, dá uma nova atenção à Criança e ao Adolescente reordenando as atribuições e competências dos vários agentes intervenientes nessa realidade: Família, Estado e Sociedade Civil. A família, segundo essa lei “é revestida de deveres, factível de ser punida. Ao mesmo tempo, todas as medidas de proteção reforçam o vínculo familiar como primeiro e fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente”

Segundo os dirigentes e equipe técnica entrevistados, 30% das entidades oferecem programas de capacitação para seu pessoal, abordando os seguintes temas: ação regional, educação para a cidadania, nutrição, saúde, biblioteca viva e integração de educadores, citando como entidades promotoras a FEAC e a UNICAMP.

Quando questionados sobre a necessidade e expectativa das entidades quanto a capacitação de seu quadro pessoal 50% dos entrevistados não souberam responder. Os demais alegaram que a capacitação é importante para a manutenção da qualidade de atendimento, a qualificação e valorização do funcionário, o desenvolvimento da liderança, coordenação e motivação das pessoas que trabalham nas entidades.

As sugestões dos entrevistados apontaram para a realização de cursos, encontros ou qualquer atividade programada para troca de experiências e capacitação de pessoal. Foi também enfatizada a

importância da articulação dessas entidades com a Faculdade para o alcance desses objetivos.

O trabalho voluntário, por se tratar de um tema relevante da atualidade, e considerando o número significativo de voluntários nas entidades pesquisadas, este estudo abordou o tema sob dois aspectos: do ponto de vista dos sujeitos (dirigentes e ou equipe técnica) e do ponto de vista dos próprios voluntários.

As questões levantadas junto aos sujeitos da pesquisa tiveram o objetivo de conhecer a opinião dos mesmos sobre o trabalho voluntário, os critérios das entidades para a aceitação desse trabalho, como se dá o acompanhamento dos trabalhos realizados e os que poderão ser realizados, bem como as dificuldades encontradas.

Especificamente, no que se refere às ONGs de atendimento à Família atingidas por essa pesquisa de levantamento, a totalidade das mesmas desenvolvem trabalhos com voluntários, reafirmando a tendência atual de valorização da solidariedade e cidadania, especificamente no 3º setor.

Entretanto, quanto ao conhecimento da lei 9.608, de 18/02/98, que regulamenta o trabalho voluntário, 50% dos entrevistados alegam conhecê-la, enquanto 30% desconhecem e 20% não responderam a questão.

O desconhecimento dessa lei significa o desconhecimento das regras que dão respaldo legal a principal força de trabalho do 3º setor: o trabalho voluntário.

O trabalho voluntário, segundo essa lei é definido como “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. Segundo essa lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Essa lei detalha também as características do trabalho voluntário e coloca como requisito legal que esse serviço esteja previsto em contrato escrito – denominado termo de adesão (anexo nº 6), onde devem constar a correta identificação do prestador e tomador dos

serviços, natureza do serviço e condições para seu exercício, tais como carga horária, local, material de apoio e afins. Esse requisito é essencial para o afastamento do vínculo de emprego por parte da fiscalização trabalhista e do Poder Judiciário *

A assinatura do termo de adesão, conforme essa lei, enquanto critério básico adotado pelas entidades para aceitação do trabalho voluntário, somente foi citada por 20% das mesmas. O critério mais enfatizado, com 25% de respostas foi a identificação do voluntário com as necessidades das entidades. Outros critérios como disponibilidade, compromisso social, aptidão, estrutura psicológica, participação em treinamento e vontade de ajudar também foram citados, com um menor percentual.

O trabalho voluntário nas entidades é considerado fundamental, vital, importante e imprescindível para 58,3% dos entrevistados. Na opinião dos demais o trabalho voluntário enriquece a entidade, diversifica atividades, reduz gastos e proporciona motivação pessoal.

O acompanhamento do trabalho voluntário pelas entidades se dá prioritariamente através de reuniões periódicas, frequência e assiduidade e relatórios. As dificuldades apresentadas pelos entrevistados no desenvolvimento desse trabalho se referem a idade avançada dos mesmos e a falta de assiduidade na realização das tarefas.

Entre os voluntários entrevistados para responder as questões dessa pesquisa de levantamento, 57,15% são do sexo feminino e 42,85% do masculino, a maioria está situada na faixa etária de 31 a 40 anos e 57,15% possuem nível superior.

Quanto a ocupação dos mesmos, os dados coletados revelam que num mesmo percentual de 28,57% estão os que ocupam cargos administrativos, técnicos e prestadores de serviços e 14,29% são aposentados. A maioria deles trabalha até 10 horas semanais como voluntário, ou seja 42,95%, e, 57,14% não exercem outro trabalho remunerado.

A visão dos entrevistados sobre a diferença entre trabalho remunerado e voluntário é que o trabalho voluntário, segundo 41,6% dos mesmos, é o trabalho realizado por amor, prazer e com o coração, sem

receber dinheiro. O trabalho remunerado para a maioria dos voluntários é entendido como o trabalho pago e obrigatório.

O relacionamento entre funcionários e voluntários nas entidades de Família é muito bom, e ótimo para 40% dos mesmos. Outras opiniões se referem a relacionamento, cordial, amigável, harmonioso, respeitoso e comprometido.

Mais um aspecto que merece destaque refere-se aos motivos que levaram o voluntário a exercer esse trabalho não remunerado, sendo os mais citados: o prazer e gosto pelo mesmo e a realização pessoal. Com menor índice foram também apontados a ajuda ao próximo, a vontade de partilhar, a opção particular e a superação das próprias dificuldades individuais. A importância desse trabalho, na visão dos mesmos é traduzida pelos depoimentos: “a entidade só funciona através desse trabalho “ é fundamental para a entidade” e “com a chegada do 3º setor vimos a importância desse trabalho”.

No que se refere ao Conhecimento da LOAS e do ECA, 57,16% dos voluntários afirmam ter conhecimento dessas leis, enquanto 42,85% desconhecem e 14,28%, responderam que conhecem mais ou menos.

Quanto a lei que regulamenta o trabalho voluntário (lei nº 9.608, aprovada em 18/02/98), 54,14% dos entrevistados desconhecem a mesma e 42,86% afirmaram conhece-la.

Os principais trabalhos que são realizados pelos voluntários se referem a distribuição e montagem de cestas básicas, os serviços de rotina da entidade, as atividades culturais entre elas a dança, o teatro e o artesanato. Também foram citados a representação legal da entidade, a prestação de serviços voltados para o atendimento odontológico, o desenvolvimento de atividades de lazer, especificando entre essas a brinquedoteca e a recreação. Outras atividades com menor concentração de respostas referem-se a ensino religioso, reforço escolar, atividades esportivas, atendimento de situações de violência doméstica e cooperação com o assistente social.

É importante observar através desses dados a ausência de trabalho voluntário junto a programas inovadores de proteção às família,

que fortaleçam a autonomia familiar na direção de facilitar o processo emancipatório deste grupo.

Nas entidades pesquisadas, 57,14% voluntários não passaram por treinamento para a realização de seus trabalhos, enquanto 42,86% participaram de algum tipo de atividade visando a capacitação.

Para 28,5% dos voluntários a falta de recursos financeiros é a principal dificuldade na realização de seus trabalhos e para 14,3% as dificuldades estão relacionadas com a falta de pessoal de espaço físico e a falta de preparo profissional.

Dentre as sugestões apontadas pelos sujeitos da pesquisa, a capacitação de pessoal aparece em primeiro plano, valorizando a proposta de articulação das entidades com a Universidade. Outras sugestões enfocam cursos, encontros, palestras enfatizando a necessidade de troca de experiências entre os diferentes atores que atuam na área.

Os resultados desse trabalho foram devolvidos aos sujeitos da pesquisa e estão sendo apresentados e discutidos em eventos da área, envolvendo alunos, assistentes sociais e outros atores que trabalham com famílias, gerando propostas que possibilitem o estreitamento das relações entre meio acadêmico/ realidade social, na busca de encontrar respostas profissionais para atender e transcender as demandas colocadas à profissão

BIBLIOGRAFIA

- CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e adolescência – **Trabalhando com famílias. Cadernos de Ação nº 1**. São Paulo, Forja Gráfica e Editora Ltda., 1992
- CALDERON, A. Ignácio e GUIMARÃES, F. Ferreira. **Família: a crise de um modelo hegemônico**. *Revista Serviço Social e Sociedade nº 46*. Ano XV, São Paulo, Cortez, 1994.
- CARVALHO, M. do Carmo Brant. **Serviços de proteção social às famílias**. São Paulo, IEE / PUC-SP, Brasília: Secretaria de Assistência Social – MPAS, 1998

- _____ (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ, 1995.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Editora SENAC, 2000.
- ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069 de 17 de julho de 1990, SP, Cortez, 1991.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). *Família Brasileira a base de tudo*. São Paulo, Cortez, Brasília.DF:UNICEF, 1994.
- MIOTTO, Regina C. Tamaso. **Família e Serviço Social**. In *Revista Serviço Social e Sociedade nº 55*. Ano XVIII. São Paulo, Cortez, 1997.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Profa. Mathilde Andery Burlamaqui da Silva

Debates e preocupações de diferentes setores da sociedade, sobre inclusão da criança e do adolescente, tem solicitado priorização de ações em defesa de seus direitos – ações educativas e emancipatórias para o exercício da cidadania. As crianças e os adolescentes são cidadãos em pleno desenvolvimento físico – intelectual – social – moral, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. No entanto, nas últimas décadas tem crescido significativamente o número de crianças e adolescentes expostos à violência das ruas, à pobreza, privados de seus direitos sociais, carentes de recursos básicos para obterem um mínimo decente de qualidade de vida.

Como faceta da questão a ser trabalhada, a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas articulada com os Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do

Adolescente, com as Organizações Não Governamentais e Governamentais, busca constantemente conhecer a realidade social cotidiana e coloca-se à disposição dos atores sociais que atuam com crianças e adolescentes para trabalho de assessoria e capacitação continuada de atores sociais, tendo em vista a formulação - execução de políticas de proteção social da criança e do adolescente.

Iniciando os trabalhos, no ano 2000, foi realizada pesquisa junto as ONGs de Atenção à Criança e ao Adolescente para identificar, mapear, conhecer suas ações, limites, avanços na gestão dos direitos sociais. O instrumento utilizado foi o formulário, com questões abertas e fechadas, sendo aplicado com a participação de alunas.

No primeiro semestre do ano 2000, 145 entidades assistenciais e/ou de fins filantrópicos, constavam dos registros do Conselho Municipal de Assistência Social. Dessas, 81 (55,8%) são de atenção à criança e ao adolescente, também registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Campinas.

Das 81 organizações, 40 responderam o formulário, obtendo-se a amostra de 49,4%. Os sujeitos que responderam o formulário ocupam cargos técnicos (57,5%) e administrativos (42,5%). Dentre os cargos técnicos, o de assistente social foi apontado com maior concentração (37,5%). As ONGs que não responderam o formulário, alegaram diferentes motivos: “não falam com estagiários”, “só respondem para ex-alunos”, “não tem autorização”, “proibida de responder”, “muito ocupado é impossível responder o formulário”. Várias delas não atenderam ao telefone para agendar entrevista, outras solicitavam novo telefonema e outras agendavam data / horário e o responsável não se encontrava presente no momento da entrevista. Ocorreu, também, situação de agendamento da entrevista para o final do ano.

Nesta pesquisa, foram consideradas ONGs, entidades sociais da sociedade civil de atendimento à criança e ao adolescente, com estrutura formal, autônoma, sem fins lucrativos, que prestam serviços à população carente com objetivos de melhorar a qualidade de vida. Enquanto organização cidadã, essas entidades, ao mesmo tempo, que prestam serviços de caráter público, realizam ações políticas para conscientização dos direitos sociais da população e tornam-se canais

de participação – espaço de exercício da cidadania – reivindicando políticas públicas do governo e recursos para sua operacionalização com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Os resultados da pesquisa, apontam que na região de maior concentração da população carente, em Campinas – a região oeste, localizam-se apenas 15% das organizações sociais que trabalham com criança e adolescente. A região norte da cidade conta com 25% delas; a região sul, 22,5%; a central, 20% e a leste, 17,5%.

A situação econômica das famílias das crianças e adolescentes atendidos pelas ONGs é diferenciada entre zero a cinco salários mínimos. São famílias, na maioria, migrantes procedentes do sudeste do país (47%), nordeste (15,5%), sul (7,8%) e norte (3,9%). Essas famílias conhecem as ONGs por meio da divulgação (22,6%); são encaminhadas por outras organizações e moradores do município (19,8%); são divulgados pelos próprios usuários (8,9%).

Quando chegam à entidade, as crianças e adolescentes apresentam conflitos familiares (33%); violência doméstica/bairro (22%). Outros conflitos apresentados são decorrentes da dependência química; da prostituição; do trabalho infantil; de situações de reclusão / presídio dos pais; de problemas econômicos, educação e saúde.

A vida dos excluídos tem sido marcada pela escassez de recursos, de bens e serviços gerados pela sociedade. Vida que expressa a violência social, econômica, política, vivenciada pelas crianças e adolescentes, tornando-os isolados do mundo que os cerca e ficam expostos a situações de riscos. Nasceram e sobrevivem em ambiente que reflete as desigualdades sociais de habitação digna, educação, saúde, alimentação, nutrição, sem oportunidades de ampliar a sua capacidade de criatividade na convivência cotidiana, de dar à sua atividade prática e essencial uma dimensão que lhe permita criar e recriar como sujeito-cidadão do seu processo de desenvolvimento físico-social-moral, e também, enquanto ser coletivo.

No trato da questão, as Organizações Não Governamentais – ONGs, engajadas nesse contexto, desenvolvem relações de solidariedade e desempenham papel importante para modificação dessa situação, por meio de ações sócio-educativas na busca de condições de vida justas da criança e do adolescente. As ONGs

entrevistadas explicitam sua concepção de direitos sociais como “desenvolvimento físico, intelectual, social da criança e do adolescente; a consciência de cidadania; o direito à vida; à dignidade humana; sociedade justa, igualitária; respeito ao cidadão enquanto pessoa; melhor qualidade de vida/vida saudável; inserção dos excluídos”.

Para atendimento dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes, essas ONGs têm como missão/finalidade a “ajuda/acolhimento” Ajuda com significado de auxílio às pessoas carentes e o acolhimento referente ao atendimento da criança e do adolescente em situação de risco, para que os pais possam trabalhar; “amparo e proteção social”; “atendimento educacional”; “desenvolvimento integral da criança e do adolescente”; “resgate da identidade, da cidadania e efetivação dos direitos sociais”. Os entrevistados relacionam os objetivos dessas ONGs a “oportunidade para que a criança e o adolescente transformem sua própria realidade e construam seus projetos de vida”; “formação de cidadãos críticos, participativos para a transformação da sociedade”; “cooperação e senso crítico da realidade cotidiana”; “educação para o trabalho”.

A maioria das ONGs, atende crianças e adolescentes em regime aberto e semi-aberto e 5% em internato. A capacidade total de atendimento entre elas é menor do que o número de crianças e adolescentes em situação de exclusão, ou seja, 49% destes não têm oportunidades de acesso aos seus direitos sociais e, conseqüentemente, de serem incluídas e de terem exercício de sua cidadania.

Conforme dispõe o Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e pelo planejamento e execução de programas de proteção sócio – educativos destinados à crianças e adolescentes em regime de: orientação e apoio sócio - familiar, apoio sócio – educativo; em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; semi liberdade; internação.

As ONGs que prestam serviços à criança e ao adolescente excluídos, complementam a ação do Estado. Parte da manutenção dos serviços prestados e custeios dos programas sociais desenvolvidos são feitos pelo Estado e parte pela sociedade civil que contribui, doando determinados valores financeiros, para o enfrentamento da pobreza.

62% das fontes de recursos provem da sociedade civil: doações, associados, fundações, convênios, empresas; 33,8% são governamentais: municipal (17,2%), estadual (11,4%), federal (10%) e recursos do exterior são 4,2%. Para captação de recursos as ONGs também realizam bazares, festas, jantares/almoços/chás. promovem jogos, realizam sorteios.

As atividades de caráter sócio-educativo são desenvolvidas de acordo com a idade da criança e do adolescente, sendo citados pelos entrevistados: atividades psico-sociais; religiosas; profissionalizantes; grupos de vivência; educação para a cidadania; conquista de direitos e consciência de deveres; direitos humanos; educação para o trânsito, o ambiente, a vida comunitária; violência; atenção à saúde; moradia; mercado de trabalho; formulação de regras e compromisso.

Trabalhos com famílias, são realizados com menor frequência: grupos de mães, gestantes, avós; trabalhos de atendimento à família, por meio da orientação, palestra e distribuição de cesta básica.

A participação das crianças e dos adolescentes nas atividades desenvolvidas, ocorre de forma não diretiva (39,5%) e foram explicitadas como: escolhendo, elaborando, executando, avaliando, perguntando, sugerindo, opinando, confeccionando, plantando, sugerindo, construindo e de forma diretiva (23%): ouvindo, recebendo, propostas prontas, cumprindo normas. Outras respostas (12,4%), indicam que a família participa quando necessário, em festas, reuniões, palestras, cursos, entrevistas e apenas 2,1% participa em comissões de mães.

As atividades de caráter sócio-educativo desenvolvidas com a criança e o adolescente, superam a tendência assistencialista, no entanto, a maioria das famílias participa somente quando é chamada. Não se observa o trabalho em rede, ou seja, não se prioriza trabalhar a relação criança/adolescente – família – escola – comunidade. Recursos/equipamentos da rede municipal de serviços são pouco utilizados pelas ONGs, sendo eles: saúde (40,3%); educação (35,8%); assistência social (4,5%); segurança / trânsito (3%).

Dentre os resultados das atividades desenvolvidas junto à criança e ao adolescente são mencionados pelos entrevistados: mudança de comportamento e melhoria do relacionamento com amigos (14,2%);

desenvolvimento integral da criança e do adolescente, obtendo-se crescimento psico-social, melhor compreensão, desenvolvimento de habilidades, auto-suficiência, maior autonomia, melhoria da auto-estima (12,5%); conscientização e conhecimento de seus direitos e deveres (12,5%); desenvolvimento escolar (8,9%); preparação profissional e ingresso no mercado de trabalho (7,1%); mudança na estrutura familiar (3,5%); integração familiar (1,8%). Com menor frequência outros resultados alcançados, indicam: diminuição da violência (3,5%); proteção de crianças e adolescentes vítimas (1,8%). Os entrevistados citam também como resultados: reconhecimento do trabalho profissional e conscientização dos profissionais sobre a preservação da entidade, respeitando a dignidade da criança e do adolescente (3,6%).

A criança e adolescente tem garantida a assistência social, conforme determina a Lei Orgânica da Assistência Social e a proteção integral pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – direitos à vida, à saúde, à liberdade: ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária: à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho.

O ECA expressa uma política de defesa da criança e do adolescente, amplia as responsabilidades e as competências dos municípios e da comunidade, na sua operacionalização. Está baseado nos princípios de descentralização político-administrativa e participação da população por meio de suas organizações representativas. Rompe com as formas assistencialistas de atendimento à criança, ao adolescente e à família, assegurando-lhes condições de cidadãos sujeitos de direitos e propõe um conjunto de ações sociais, educativas de proteção social, tornando evidente o exercício da cidadania. À execução de políticas e programas de atendimento à criança e ao adolescente, o governo tem realizado parcerias com as ONGs que prestam serviços a esses segmentos.

77,5% dos entrevistados disseram seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e 82,5% afirmaram que operacionalizam o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. No entanto, apontam dificuldades para operacionalização dessas leis: 20% dos entrevistados indicaram que as ONGs encontram dificuldades para operacionalizarem a LOAS, tais como: “colocá-la em

prática”, “não entendimento da família sobre seus deveres”, “realizar visita domiciliar”, “atendimento da demanda”, “linguagem acessível às crianças” e 30% referem-se às dificuldades para operacionalizar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: “desconhecimento/desinformação”; “discussão da Lei com a sociedade”; “não compreensão do ECA”, “falta de recursos financeiros e de vagas nas escolas”; “atendimento da demanda”, “desrespeito ao Estatuto”. 2,5% dos entrevistados disseram que “a prática se torna mais dificultosa com o ECA, pois a teoria mostra o que ela não é”.

Mesmo enfrentando as dificuldades citadas acima, os entrevistados expressam avanços que a LOAS e o ECA trouxeram para as entidades, tais como: “subsídios para os projetos”, “referência para a ação”, “novos paradigmas”, “mudança do conceito de trabalho social – o usuário é visto hoje como cidadão com direitos e deveres”; “ultrapassagem da visão assistencialista para promoção humana”; “consciência/reconhecimento de direitos, deveres e o exercício da cidadania”; “respeito aos direitos da criança, do adolescente, da família”; “participação nas atividades da entidade”; “fortalecimento do sentimento de ajuda”; “mobilização de recursos”; “integração entre entidades”; “formação de Conselhos e do Fundo Municipal”.

Quadro funcional: A partir da década de 90, as entidades sociais de assistência iniciaram um processo de reordenamento institucional administrativo, pedagógico-educativo, exigindo trabalhos mais especializados por profissionais para responder a determinações da Lei Orgânica da Assistência Social e do Estatuto da criança e do Adolescente. Para desenvolvimento dos trabalhos, as ONGs de atenção à criança e ao adolescente contam com um quadro funcional de 75,7% de pessoal remunerado e 24,3% de pessoal não remunerado, ou seja, voluntário. A maioria dos funcionários remunerados do setor administrativo exerce funções de diretor geral e secretário enquanto que a maioria do pessoal não remunerado exerce funções de diretor administrativo e financeiro. Dentre as funções dos funcionários remunerados do setor técnico, observa-se maior frequência a de coordenação pedagógica (34,3%), seguindo-se a de monitor (23,2%), a de professor (13,4%) e a de assistente social (7,8%). Em relação às funções dos voluntários do setor técnico, constata-se a de monitor/educador (44%); estagiário

(15%); ajudante de monitor (10,4%) e psicólogo (8,6%). Com referência ao setor de manutenção, a maioria dos funcionários remunerados exerce funções de faxineiro e zelador (61,1%); seguindo-se a de cozinheira (10,3%); serviços gerais (7,9%); auxiliar de manutenção (6,9%). Quanto aos voluntários desse mesmo setor, a maioria não tem função definida (60%); seguindo-se ajudante geral (17,5%) e monitoria (7,5%).

O terceiro setor tem crescido rapidamente e solicitado pessoal qualificado para gestão de serviços que necessitam atenção especializada, desenvolvida por profissionais e que com o crescimento da consciência das pessoas físicas e jurídicas, apresenta proposta de substituição da caridade e da filantropia, ou seja, o abandono do amadorismo, pela solidariedade e profissionalismo compatíveis com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aponta assim, a importância da capacitação continuada para atores sociais do terceiro setor.

32,1% dos programas de capacitação de recursos humanos são direcionados aos profissionais/técnicos; 17,3% aos funcionários administrativos; 8,6% aos funcionários de cozinha e 6,2% aos da manutenção e limpeza; diretor administrativo 2,5% e voluntário 1,2%.

32,5% explicitam necessidades e expectativas de reciclagem do conhecimento/qualificação do funcionário para melhoria e aprimoramento dos serviços, desenvolvimento profissional, aprimorando o desempenho de funções, melhor atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvimento da criatividade, enfrentamento de desafios da realidade social; 12,5% das entidades apresentam necessidades e expectativas de capacitação do seu quadro funcional para o desenvolvimento de atividades específicas, tais como: teatro, projeto com crianças carentes, berçário e monitores, primeiros socorros, educação para o trânsito. Essas duas últimas com pessoas especializadas nos assuntos. 25% das ONGs afirmaram não ter necessidade de capacitação para seus funcionários.

“O terceiro setor estaria se constituindo em um espaço de requalificação profissional relevante, na medida em que as atividades comunitárias permitiram e exigiram do trabalhador o desenvolvimento de habilidades relevantes para o trabalho nos setores privado e público

estatal, tais como capacidade de trabalhar em grupo, lidar com a diversidade, flexibilizar instrumentos de trabalho, cumprir metas com baixo aporte de recursos, entre outros” (DRUKER e SILVER, in RESENDE, 199:5)

O TRABALHO VOLUNTÁRIO NAS ONGS: VISÃO DOS ENTREVISTADOS E DOS VOLUNTÁRIOS

“O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos” (ONU in CAMARGO, 2001: 114).

O voluntário é um “ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade. Doando tempo e conhecimentos, o voluntário realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, que podem ser de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional”. (FUNDAÇÃO ABRINQ, in CAMARGO, 2001:114).

As ONGs são formas de organização da sociedade civil – associações voluntárias – e tem ocupado lugar de destaque no terceiro setor, como sujeitos políticos de movimentos sociais, defensoras de direitos sociais e prestadoras de serviços à população excluída.

A maior força de trabalho do terceiro setor se constitui no trabalho voluntário. Presente em todos os tempos, o trabalho voluntário tem sido objeto de debate e reflexão sobre o seu significado e importância numa sociedade que busca a justiça social, a inclusão de uma população que não tem acesso aos direitos sociais, civis e políticos. No Brasil, o trabalho voluntário associou-se à atividade de “ajuda” expressando a noção de caridade, doação, dádiva, ou seja, “favor ao pobre”. Hoje, está regulamentado na Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, como “atividade não remunerada prestada por pessoa física à

entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não filantrópicos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”. O fortalecimento do trabalho voluntário se dá mundialmente, principalmente nos países que apresentam alto índice de pessoas carentes / excluídas, como o Brasil, exigindo a qualificação para o trabalho.

1 - O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS DAS ONGS:

Para o exercício do trabalho voluntário junto à criança e ao adolescente as ONGs adotam critérios, tais como: ser compromissado com o trabalho (22,5%); ter projeto definido e horário/tempo disponível (22,5%); ter conhecimento da entidade, suas normas, princípios (12,5%), ser capacitado, treinado (10%). Dentre outros critérios com menor uso, destacam-se: conversa com diretoria e vínculo com a criança; preencher as necessidades da entidade; pessoas cristãs e responsáveis; direcionar o trabalho de acordo com a profissão do voluntário..

Os voluntários exercem atividades diferenciadas na área da educação, como também, trabalhos especializados: saúde, odontologia, fonoaudiologia, enfermagem, laboratório. Outras atividades, com menor concentração desenvolvidas por voluntários são: trabalhos manuais, captação de recursos, alimentação, esporte, lazer, recreação/artísticas, manutenção de serviços, limpeza; com menor porcentagem as atividades referem-se à profissionalização, religião, divulgação, transporte,..

Para os entrevistados, o trabalho voluntário é “fundamental”, “essencial”, “necessário” para a existência da ONG. Amplia, qualifica o trabalho realizado e influencia no custo – benefício das ONGs. Por outro lado, algumas dificuldades são apresentadas em relação à pessoa do voluntário: falta de compromisso e responsabilidade citados com maior frequência (22,9%), como também, a questão do horário/frequência/ assiduidade (18,7%) e a falta de conhecimento/capacitação (6,2%).

Com menor incidência verifica-se as dificuldades quanto: rotatividade, falta de espaço, adequação das idéias com as necessidades da entidade; desconhecimento do papel do voluntário e falta de entrosamento no trabalho.

2 - O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA VISÃO DOS VOLUNTÁRIOS QUE ATUAM NAS ONGS:

A maioria dos voluntários entrevistados, situa-se nas faixas etárias de 36 a 45 anos. 44% deles concluíram o 3º grau e 36% o 2º grau; destes últimos 8% ingressaram no 3º grau, mas não o concluíram. 12% dos entrevistados cursaram o 1º grau.

56% dos voluntários são profissionais / técnicos: assistente social, monitor, artista plástico, professor de educação física, médica pediatra, analista de sistema, pedagoga, economista, bióloga e secretária; 12% são do lar; com igual porcentagem de 8%, verifica-se a costureira / modista, cargos administrativos: coordenação e auxiliar administrativo, estudante e 4% são de zelador

Na visão dos voluntários entrevistados, os motivos que os levam a exercerem trabalho não remunerado junto às crianças e adolescentes, são: gosto pelo trabalho (29,4%); ajuda ao próximo (23,5%); contribuição/colaboração para uma sociedade melhor (11,8%). Com menor freqüência os motivos citados são: participação, ser útil, gratidão à entidade, afinidade com a entidade, disponibilidade de tempo, caminho para uma sociedade mais justa, exercício da cidadania,

41,6% dos trabalhos exercidos nas ONGs, se concentram no setor técnico; 22,3% no setor administrativo; 13,8% no setor de manutenção; 11,1% captação de verba;... Para 34,5% dos voluntários o seu trabalho é "fundamental" para a organização, engrandece e contribui para a entidade, para 13,8%, a importância do seu trabalho está na ajuda/solidariedade e para 10,3% a importância está nos próprios trabalhos que realizam. Com menor incidência a importância do trabalho voluntário relaciona-se à distração das crianças, segurança, ensinamento bíblico.

72% dos voluntários entrevistados não participaram de treinamento para o exercício de seus trabalhos. Dentre os treinados, 12% o foram pela FEAC, 8% pela própria entidade, 4% aprendeu sozinho e 4% pelo SENAC. Dentre as dificuldades apresentadas observa-se a não disponibilidade de tempo, despreparo para o trabalho, desconfiança/preconceito e resistência para com a pessoa voluntária, falta de verba, desinformação sobre o trabalho da entidade.

Os voluntários entrevistados indicam resultados positivos de seus trabalhos para a entidade: ajuda/benefício, contribuição econômica. Crescimento da entidade, montagem de laboratório, rendimento do trabalho, vitória para a entidade; contribui com o próprio voluntário, propiciando felicidade, amizade crescimento pessoal, aprendizado, conscientização, reconhecimento de seu trabalho, distração e contribui para as crianças e adolescente, proporcionando alegria, as crianças ficam menos carentes de carinho e atenção e mais alegres.

O relacionamento entre trabalhadores remunerados e voluntários, para 51,4% dos voluntários entrevistados é bom/ótimo. As demais respostas apontam relacionamento democrático, de igualdade, simpatia, cordialidade, harmonia, apoio mútuo, colaboração, amigável, respeito. 5,6% das respostas explicitam que no relacionamento entre ambos, “há falta de respeito” e “precisa ser mudado”.

Diferença entre Trabalho Remunerado e Não Remunerado na Visão do Voluntário: Na visão de 26% dos voluntários entrevistados, o trabalho remunerado significa ganho financeiro, exige conhecimento profissional, tem vínculo empregatício e é obrigação, enquanto que em 60,3% das respostas verifica-se que o trabalho voluntário é o sem ganho financeiro, significa prazer em exercer a cidadania e exige conhecimento. É amor, carinho, atenção. O voluntário trabalha com mais entusiasmo, possui disponibilidade. É doação, busca a qualidade de vida. Significa também contribuição/satisfação/colaboração/cooperação/solidariedade. Em 10,4% não se constata diferença entre o trabalho remunerado e voluntário, ambos são responsáveis, iguais quando há amor e dedicação, possuem compromisso.

O trabalho voluntário explicita a relação de solidariedade daqueles cidadãos que dedicam horas de suas vidas prestando serviços gratuitamente àqueles cidadãos que não tem condições físicas – sociais – econômicas de se manterem – contingente humano excluído do mercado de trabalho, da vida família, da vida comunitária. O trabalho voluntário representa horas de trabalho social efetivo, tem um peso na economia do país e das pessoas que a ele se dedicam.

Verifica-se que novas demandas, novas competências colocam-se as ONGs, no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, para responderem a uma realidade social que aponta a exclusão da população cada vez mais pobre. Conhecimento, iniciativa, disponibilidade de tempo, saber trabalhar em equipe, cooperação, solidariedade são qualidades exigidas dos sujeitos que atuam nas ONGs, para o enfrentamento da pobreza. Torna-se necessário seu fortalecimento, na gestão dos direitos sociais, no trabalho em rede de recursos, de relações sociais e comunitárias, valorizando e reforçando práticas democráticas e participativas.

Os resultados da pesquisa foram apresentados à Comissão de Apoio Sócio Familiar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contribuindo para o debate e elaboração de propostas de ação junto à família na relação com a criança e o adolescente.

Os resultados finais foram devolvidos aos sujeitos, em reunião, momento em que ocorreu o debate, a reflexão sobre a realidade constatada.

Deste estudo, decorreram oficinas de trabalho, reuniões com profissionais de ONGs, OGs e organizações sociais dos campos de estágio da Faculdade de Serviço Social, ampliando a extensão à região de Campinas. Foram momentos de reflexões e de proposições para o enfrentamento de dificuldades e desafios colocados à prática profissional.

Dessa forma, a Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas, formadora de profissionais atuantes nessa área, participa da construção

de um espaço contínuo de debates sobre a questão social, apreendendo o movimento da realidade sócio – econômica – política – cultural para propostas de trabalho capazes de responderem às demandas emergentes no cotidiano: demandas de natureza administrativa – financeira, educativo-pedagógica, ética-política, aumentando a capacidade institucional na efetivação dos direitos sociais e exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Mariângela Franco. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.
- Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Listagem das Entidades Assistenciais e Fins Filantrópicos**, Campinas, 1º semestre de 2000.
- Coordenadoria Regional de Assistência Social – CRAS Oeste, **Listagem dos Bairros** de Campinas.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993.
- MENESCAU, Andréa Koury. “História e Gênese das Organizações Não Governamentais” in **Organizações Não Governamentais: solução ou problema**, Hebe S. Gonçalves (org.), São Paulo: Estação da liberdade, 1996, p.21 a 39.
- REZENDE, Grazielle Andrade e outros. “Estratégias de Gestão e Recursos Humanos no Terceiro Setor: o desafio do trabalho voluntário”, **ANAIS do XII Congresso Latino Americano de Estratégia da Sociedade Latino Americana**, 27 a 29 de maio de 1999.
- SILVA, Mathilde .Andery B. da Silva e MARQUES, Maria Therezinha C. “Refletindo sobre a Situação da Criança e do Adolescente”, **Cadernos de Serviço Social**, Nº 6, FSS/PUC-Campinas, 1995.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AO IDOSO

Professora Sandra Corrêa Forster Joanini

O tema “envelhecer” mexe com todos nós, enquanto pessoas, membros de um grupo, de uma família, comunidade, ou de uma sociedade. A cada dia nos deparamos com maior número de idosos em nossos círculos de amigos, parentes, no trabalho e/ou locais públicos. Voltando para o nosso interior sentimos o peso da angústia, o medo, as incertezas provocadas pelo sentir e viver o processo natural do envelhecimento.

Segundo estudiosos este é um dos períodos mais difíceis do ciclo da vida humana não só por todo processo de perdas que ocorre com o passar dos anos, mas, ainda pelos muitos preconceitos que cercam a velhice e o descaso com que a sociedade lida com as questões voltadas para a terceira idade. Esta realidade é agravada pelas regras ditatoriais de uma sociedade capitalista, onde o TER, produzir, consumir prevalece sobre o SER, viver, sentir, relacionar-se e, onde o jovem, o novo, o belo é cultuado pela mídia em detrimento ao antigo velho, vivido, experimentado.

As transformações sócio-econômicas, políticas e culturais por que passam os países em todo o mundo e, especificamente o Brasil, afetam as condições de vida e de trabalho da população e, conseqüentemente, agravam a situação de vida da sua população idosa.

O Brasil, hoje, não é mais um país jovem. Dados recentes do IBGE apontam 14 milhões de brasileiros idosos sendo que a perspectiva para o ano 2025 é de 32 milhões, passando do percentual de 8,4% para 19% do total de habitantes.

O envelhecimento da nossa população diferencia-se dos países europeus, pois que, na Europa, o processo foi gradual e os governos puderam se organizar implantando políticas públicas que assegurassem os direitos sociais e a qualidade de vida de seu povo. No

Brasil, as mudanças no perfil da população têm sido muito rápidas e, o país ainda não se encontra preparado para enfrentar esse grande desafio nas primeiras décadas do século XXI.

O reconhecimento dos cidadãos idosos é um fato recente no Brasil. Somente a partir do ano de 1988 é que o governo reconheceu a importância de direcionar suas preocupações com essa faixa etária incluindo artigos na Constituição Federal que garantissem os seus direitos individuais e sociais, assim como, criando a Política Nacional do Idoso em 1994.

Esta Política instituída pela Lei nº 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto nº 1948/96 sinaliza para a descentralização de serviços e articulação entre os diversos setores públicos de forma a garantir resposta integral às demandas de proteção, inclusão social e participação do idoso na sociedade. Através do enunciado de princípios e diretrizes procura resgatar o respeito que a população da Terceira Idade deve merecer do poder público e da sociedade civil como sujeitos de direitos.

À luz desses princípios e, diante da atual realidade social por que passa a família brasileira no que diz respeito à sobrevivência econômica, perda de direitos, desemprego, trabalho informal, violência doméstica, drogas, observa-se que a sociedade civil tem-se mobilizado para atender às necessidades básicas da população de baixa renda e, especificamente idosa, através das ONGs – Organizações não governamentais de atenção ao Idoso.

ONGs são conceituadas como “associações espontâneas e voluntárias sem fins lucrativos, não sendo subordinadas às autoridades públicas propondo melhorar a qualidade de vida dos setores populacionais mais oprimidos” (NETTO, 1991:37).

Destacam-se no cenário do 3º Setor como sujeitos políticos de movimentos sociais e prestadoras de serviços à população marginalizada.

São pessoas, grupos, associações, empresas que se unem com este objetivo, porém, muitas vezes, sem os conhecimentos teórico-práticos necessários para responder aos desafios da área da assistência social. Articulam-se mobilizados pelo espírito de solidariedade e cooperação, porém desconhecem os princípios e diretrizes da

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional do Idoso que direcionam as ações coletivas para a efetiva inclusão social do idoso no circuito de bens, serviços e riquezas societárias promovendo a sua autonomia e participação social. *

A Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, assumindo seu papel social e politicamente responsável junto à sociedade propôs a elaboração e execução de um Projeto de Extensão para o biênio 2000/2001 voltado para a capacitação de pessoal - dirigentes, profissionais, voluntários, conselheiros - que atuam junto às ONGs - organizações não governamentais de atenção ao Idoso no que tange à gestão dos direitos sociais e exercício da cidadania consagrados pela LOAS e Política Nacional do Idoso.

Durante o primeiro ano de execução do Projeto de Extensão os objetivos específicos como “identificar limites e avanços das ONGs na Gestão dos direitos sociais “ e ” refletir e aprofundar o processo de resgate da identidade e da proteção social ao Idoso” foram sendo operacionalizados através do desenvolvimento das seguintes etapas metodológicas:- caracterização das ONGs e conhecimento sobre a LOAS; levantamento das dificuldades na operacionalização da referida Lei e dos Direitos Sociais do Idoso; identificação e caracterização da população atendida pelas Entidades de atenção ao Idoso; principais dificuldades detectadas no trabalho com o Idoso; suas relações com os demais usuários e familiares; conhecimento e uso de seus direitos sociais; importância e dificuldades no trabalho voluntário; projetos desenvolvidos pelos voluntários; sugestões e propostas de capacitação de pessoal.

Inicialmente foram entrevistadas 83,3% das Entidades de Atenção ao Idoso cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas no ano 2000.

Das pessoas entrevistadas 50% ocupam cargos administrativos e 50% ocupam cargos técnicos, especificamente, assistentes sociais sendo que uma assistente social exerce o cargo de coordenadora.

Particularmente, este dado é significativo porque, segundo Tenório (1997:3) as ONGs surgidas no Brasil para responderem aos graves problemas sociais de forma competente e compromissada estão

buscando assumir um novo estilo de gestão social. Para tanto a formação do Assistente Social deve estar habilitando-o, também, para a gestão social junto às entidades públicas sem fins lucrativos em que busque otimizar os recursos disponíveis e atender aos novos desafios de uma sociedade desigual e injusta.

Através da pesquisa de levantamento obteve-se a seguinte caracterização da população idosa atendida pelas ONGs de atenção ao Idoso na cidade de Campinas:- 80% pertence ao sexo feminino, faixa etária acima de 60 anos sendo que 40% dos idosos possuem 1º grau incompleto, 20% analfabetos, 20% apenas alfabetizados e 20% não responderam a questão; 40% das pessoas idosas procedem da cidade de Campinas e região, 20% de vários locais do Estado de São Paulo, 20% vieram de outros estados e 20% deixaram de responder a questão. No que se refere ao nível econômico a maioria recebe até 1 salário mínimo. Quase a metade dos usuários são encaminhados por outras organizações, especificamente, Prefeitura Municipal às instituições que atendem os idosos. Outros 33,4% chegam à entidade por indicações de familiares, vizinhos ou amigos; os demais informam conhecer a entidade através da divulgação feita pela própria instituição ou a procuram espontaneamente.

Quanto ao fato da maioria dos idosos ser do sexo feminino, cabe salientar que “estudos na área da geriatria/gerontologia comprovam uma tendência de feminilização da população idosa – uma vez que as mulheres sobrevivem em média de 6 a 8 anos aos homens – e que se casam com homens em média 6 a 8 anos mais velhos que elas, vivendo uma viuvez de cerca de 10 a 20 anos”. (Fraiman, 1991:27).

Os resultados da pesquisa de levantamento contribuíram para identificar as seguintes características das ONGs de atenção ao Idoso:

A missão/finalidade das ONGs entrevistadas apontam para a assistência (40%) significando prestar “cuidados materiais com qualidade e amor às pessoas carentes”. 20% das respostas indicam abrigo, recolhimento, moradia proporcionando aos idosos “assistência e conforto”. A categoria melhoria da qualidade de vida aparece com 20% de respostas, assim como, desenvolver ações junto à comunidade, “despertando a cidadania, a responsabilidade e a promoção”.

A moderna concepção de Assistência Social, enquanto Política de Proteção, propõe criar e manter uma rede intersetorial de proteção para pessoas idosas, incluindo abrigo, renda digna, assim como oferecer vínculos relacionais e de pertencimento para garantir qualidade de vida e inclusão social.

Quanto aos Objetivos das ONGs, de atendimento ao Idoso, 28,6% das respostas elegeram a categoria caridade / ajuda no sentido de prestar assistência material isto é “dar um lar para as pessoas da terceira idade que são carentes”. Outros 28,6% indicam melhoria da qualidade de vida, 14,3% das respostas enfocam promoção de valores, ou seja “proporcionar o bem-estar e a promoção de valores para a população idosa. A categoria participação é salientada com 14,3% das respostas, tais como: “criar condições para a sua participação na sociedade”. Por último, 14,2% enfocam a mudança de postura, o que significa “levar a uma mudança de atitude, sair do desanimo, comodismo”.

Pode-se afirmar que esses mesmos objetivos enunciados pelas ONGs entrevistadas estão assegurados como direitos sociais do idoso pela LOAS e a Política Nacional do Idoso.

Constata-se ainda que, as Organizações Não Governamentais, mais recentemente conhecidas como organizações do setor público não governamental dedicam-se às causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e, sim, o atendimento às necessidades sociais e a proteção da população, no caso, a idosa.

Quanto ao Regime de Atendimento das ONGs entrevistadas os dados demonstram que 80% das entidades trabalham em regime de internato e 20% em regime semi-aberto.

A LOAS e a Política Nacional do Idoso enunciam uma nova concepção de atendimento integral prevendo a criação e manutenção de uma rede diversificada de proteção para pessoas idosas, sub divididas em modalidade asilar e não asilar. Quanto à segunda tem-se:- centros de cuidados diurnos, atendimento domiciliar, centros de convivência, dentre outros, em articulação com as demais políticas públicas.

O parágrafo único do artigo 3º da Política Nacional do Idoso determina: “a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da

inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família” (P. N. I, 1994).

Quanto à capacidade de atendimento, constata-se que as ONGs trabalham no seu limite de capacidade respeitando os critérios do espaço físico e os recursos disponíveis. Os dados revelam que em igual proporção de 20% de respostas a capacidade de atendimento varia de 160 até 24 vagas, sendo que 20% das respostas acrescentam que possuem um percentual de vagas para pessoas com maior poder aquisitivo.

Quanto à demanda não atendida os dados afirmam que 40% das entidades não conseguem atender as reais demandas. Isto tem a ver com o âmbito de ação que se estende ao município e região (60%) e os outros 40% atendem a população da cidade. Esses resultados revelam que a cidade de Campinas tem sido ponto de referência para as demais regiões no que se refere ao atendimento e proteção social a essa população..

Cabe aqui ressaltar a criação do Conselho Municipal do Idoso de Campinas ocorrido em dezembro de 1998 e, constituído por 20 membros divididos, paritariamente, entre, o poder público e a sociedade civil. No ano de 2000 foi realizada a 2ª Conferência Municipal do Idoso com a participação das entidades, representantes dos grupos movimentos da terceira idade, profissionais e instituições ligadas ao trabalho social com idoso. Foram elaboradas diretrizes para a criação da Política Municipal do Idoso de Campinas, hoje, aprovada e promulgada como a mais recente Política Municipal de Campinas.

Em relação às Fontes de Recursos das ONGs de Atenção ao Idoso pesquisadas fica claro que a totalidade possui diversas fontes de recursos, a saber: municipal, estadual, fundações, convênios, associações, doações. Esses resultados revelam o estabelecimento de parcerias para responder, minimamente, aos grandes desafios que as entidades defrontam no seu cotidiano.

São inúmeros os problemas e dificuldades que ameaçam sua sobrevivência, principalmente, a escassez de recursos, comprometendo a condução dos projetos e questionando sua própria razão de ser.

“A questão social da velhice está carente de recursos e programas. Muitos programas e serviços já existentes, carecem de capacitação técnica e de novas lideranças que renovam as ações dentro dos princípios da modernidade e respostas rápidas que a questão requer” Salgado, 1999.

É importante salientar que o “Conselho Nacional do Idoso foi criado em decorrência de pressão, de organização e da vontade de mudar, porém há da parte do Estado omissão no tocante à distribuição dos recursos destinados a atender as reivindicações do segmento populacional idoso, tanto no que se refere à totalidade destes recursos quanto à forma fragmentada de sua aplicação” (Marques, 2000).

Defrontando com essas e outras dificuldades as entidades buscam criar outras fontes de receita que possam contribuir para a continuidade dos projetos e/ou atividades, como por exemplo; 62,5% das entrevistadas responderam que promovem bazares, festas, almoços, bingos; 25% realizam trabalhos com lixo reciclável e 12,5% vendem móveis usados.

Hoje, com o projeto neoliberal incentivando o enxugamento do Estado, a privatização das estatais, o aumento da carga tributária, o custo – Brasil, passa a exigir dos Dirigentes, Administrativos e Profissionais das Entidades ousadia, criatividade e inovação na gestão social dos empreendimentos, especialmente, voltados para as causas sociais onde o espírito de cooperação e responsabilidade social se sobressaem ao individualismo e competitividade.

Nesse sentido as ONGs apontaram para o desenvolvimento de uma variedade de projetos e/ou atividades.

A preferência foi por passeios a locais diversos (13,6%). Em seguida aparece a comemoração dos aniversariantes (9%), dança (9%) e caminhada (9%), demonstrando ênfase nas atividades físicas e de lazer. Em igual proporção de 4,5% surgem diversos projetos: projeto preventivo, qualidade de vida, atendimento psico social, dieta alimentar. Outras atividades citadas são: cinema, oficina de artesanato, boas compras, dinâmica de grupo, boas maneiras, biblioteca viva.

“Quem inicia alguma atividade física, aliada à boa alimentação, com certeza viverá com plenitude e autonomia”. O geriatra Ramos,

afirma ainda que “a medicina tem de cuidar da saúde e não só da doença, mudando hábitos de maneira preventiva” (Ramos, 2000).

Entretanto, apesar das atividades culturais e educacionais terem sido especificadas num percentual reduzido, hoje, a nova concepção da Assistência Social e a Política Nacional do Idoso asseguram mecanismos que resgatam a condição do idoso como sujeito de cultura possibilitando a sua participação e usufruto aos bens culturais como: cinema, teatro, viagens, Universidade aberta a 3ª idade.

A concepção de velhice nos seus múltiplos aspectos biopsicossociais, econômico e cultural direcionam para o desenvolvimento de programas e serviços orientados pelos princípios da totalidade e intersetorialidade.

A política de inserção social do idoso na vida da sociedade e perspectivas de bem viver, levam à exigência da criação e manutenção de outros fatores, como, por exemplo, a qualificação do recurso humano nas ONGs de Atenção ao Idoso.

Assim, os dados obtidos quanto ao pessoal/equipe responsável pelos projetos e atividades desenvolvidas por essas ONGs se concentram nos profissionais da saúde e da área social, tanto remunerado como voluntário, a saber: - assistente social; equipe de assistente social e psicóloga e os profissionais especializados em terapia ocupacional, enfermagem, medicina, fisioterapia, nutricionista.. Aparece, também, equipe constituída por assistente social, promotora de eventos e recreacionistas. Este quadro demonstra o investimento das entidades no trabalho de profissionais na áreas da saúde e lazer.

As expectativas das ONGs de atenção ao idoso quanto à capacitação de seu pessoal estão direcionadas para a melhoria das relações no ambiente de trabalho (42,8%), como por exemplo: “reciclagem para melhorar a comunicação”, ou “investir nas relações interpessoais”, ou “melhoria no ambiente de trabalho investindo nas relações interpessoais”, 28,5% das respostas enfocam a qualidade de serviço/atendimento, tal como explicitam: “buscar qualidade” .

Outros 14,3% das entrevistadas revelam que gostariam de investir na elaboração de programas porém “faltam verbas”, assim como 14,3% expressam que prefeririam “contratar novos técnicos, mas falta

verba”. Estes dados demonstram os limites encontrados na elaboração de projetos multidisciplinares, assim, como, revelam o interesse das entidades na realização de ações voltadas para a melhoria das relações interpessoais, qualidade de atendimento ou na contratação de pessoal.

O artigo 15 da Política Nacional do Idoso, afirma: “compete aos Ministérios envolvidos na Política Nacional do Idoso, dentro das competências, promover a capacitação de recursos humanos voltados ao atendimento do idoso. Para viabilizar a capacitação de recursos, os Ministérios poderão firmar convênios com instituições governamentais e não governamentais nacionais, estrangeiras e internacionais” (Lei 8.842, 1994).

Esta diretriz aponta para a organização e promoção de programas/projetos de capacitação continuada do pessoal que atua nas ONGs de Atenção ao Idoso vindo de encontro às necessidades apresentadas pelas referidas entidades.

Quanto à concepção sobre Direitos Sociais os dados da pesquisa de levantamento revelam o entendimento através das seguintes frases: “o direito do idoso ser amparado pelo Estado” (20%); “o dever do Estado e da Sociedade promover incentivos ao idoso” no que se refere às condições de vida, especificamente, nas áreas do lazer, recreação e saúde (20%). Outros 20% de respostas enfocam a criação e manutenção de recursos básicos de atendimento às necessidades do idoso. 20% das entrevistadas deixaram de responder a questão.

O artigo 4º, parágrafos II, III e IV da Lei Orgânica da Assistência Social enunciam: “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário de ação assistencial abraçável pelas demais políticas públicas”....; ...” respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”.... “...igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”....

Referente à questão sobre as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência mais da metade das entrevistadas, ou seja, 60% confirmam que seguem as diretrizes da LOAS. Isto demonstra que conhecem a Lei.

Outros 20% revelaram que não seguem as diretrizes sem explicitar os motivos e os restantes 20% deixaram de responder a questão.

Entretanto, quando se indaga sobre as dificuldades para operacionalizar a LOAS os resultados foram os seguintes: em igual proporção de 16,7% das respostas revelam a “falta de apoio por parte dos órgãos públicos”, “problemas de verbas” e ou “sem dificuldades”. 33,2% deixaram de responder a questão. Esses dados sinalizam sobre a importância de se promoverem discussões, encontros, assessorias sobre as diretrizes e a operacionalização da LOAS junto ao pessoal envolvido no trabalho com a população idosa.

Com o objetivo de atender as necessidades dos usuários de forma competente e responsável as Entidades desenvolvem uma rede de articulações em Organizações Governamentais, Conselhos, outras organizações não governamentais e serviços, tais como: Conselho Municipal e Estadual da Assistência Social, Conselho Municipal e Estadual do Idoso (26,8%): Prefeitura Municipal de Campinas através da Secretaria da Assistência e Família e Secretaria da Saúde (26,8%): FEAC (13,4%) e demais entidades sociais.

Os serviços e recursos mais citados encontram-se na área da Saúde, como: Hospital Municipal Mário Gatti, Postos de Saúde, Ambulâncias.

Hoje, face às exigências de um mundo globalizado e interconectado, constrói-se, permanentemente alianças estratégicas e parcerias para a sobrevivência das próprias organizações.

A questão da saúde integral do idoso torna-se uma das prioridades no atendimento da população idosa abrigada pelas ONGs entrevistadas. Essa realidade está associada às suas reais condições de vida :- história de vida, fatores sócio-culturais, educacionais e econômicos, carência alimentar, psicológica, emocional, conforme dados apresentados na caracterização dessa mesma população.

O artigo 10, capítulo IV da Política Nacional do Idoso afirma o seguinte:

“a) garantir ao idoso a assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento ao idoso;

b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com finalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

c) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares” (Política Nacional do Idoso, 1994).

No que se refere ao trabalho voluntário nas ONGs de Atenção ao Idoso, 100% das entidades afirmam possuir trabalho voluntário no seu quadro de pessoal reafirmando a base de sustentabilidade da sua existência.

50% das entidades referem-se ao trabalho voluntário como “complementar, colaborador e com qualidade” e 37,5% consideram o trabalho voluntário “importante, fundamental”.

O trabalho voluntário no Brasil foi definido pela Lei 9.608 de 18/02/1998, “como atividade não remunerada prestada por pessoas físicas a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Constata-se que mais da metade, ou seja, 60% das entidades entrevistadas desconhecem a referida Lei. Este resultado comprova as dificuldades elencadas pelas ONGs quanto a definição de critérios para acompanhamento e avaliação do trabalho voluntário conforme demonstram as seguintes respostas: 42,8% das respostas expressam a “falta de compromisso e responsabilidade”. Com igual percentual de 14,2% enfocam a “falta de tempo por parte do voluntário”; a frequência, horário, outros projetos ou atividades, ou não têm dificuldades com o trabalho voluntário”.

De outro lado os resultados revelam a riqueza e diversidade de projetos e/ou atividades desenvolvidos pelos voluntários no anseio por preservar os interesses expressos pela população idosa, como: trabalhos especializados, especificamente, na área da saúde: enfermagem, clínica geral e psiquiátrica, geriatria, fisioterapia, psicologia, serviço social. Aparecem os trabalhos nas áreas do lazer, recreação e esporte. O setor administrativo é apontado com 12,9% e com 9,6% de respostas encontram-se as atividades na área de trabalhos manuais. A área da educação foi citada com 6,4% do total de respostas.

Diante desses resultados e, apesar dos desafios enfrentados no cotidiano institucional pode-se afirmar sobre a importância do trabalho voluntário nas ONGs de atenção ao Idoso na medida que os princípios da solidariedade, compromisso, responsabilidade e cidadania estão sendo exercitados em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje, o reconhecimento e a valorização do trabalho voluntário junto às entidades e à comunidade é considerado imprescindível, tanto que o ano 2.001 foi escolhido para se comemorar o Ano Internacional do Voluntário através da realização de seminários, encontros, fóruns, debates, comemorações.

Preocupados com a qualificação de seu pessoal remunerado e/ou voluntário, as entidades sugerem várias modalidades de capacitação, como:- cursos: administração empresarial, dinâmica de grupo, assistência social, recreação, formação de monitores, de voluntários; cursos para área técnica (enfermagem, nutricionista, fisioterapia, outros); Convênio:- com Faculdade; SEBRAE; seminários, debates, encontros, fóruns.

Estas propostas de formação continuada visam prioritariamente a qualificação do pessoal para o enfrentamento dos desafios que se apresentam no cotidiano institucional, especificamente, os que se relacionam ao perfil da população idosa em regime de internato.

Nesse sentido, os principais limites detectados pelos entrevistados no trabalho institucional estão relacionados com a postura do Idoso: 42,8% das respostas citam os problemas gerados pela depressão, desesperança do Idoso; 28,5% salientam a desmotivação, a apatia expressa nas ações do dia-a-dia do Idoso e, em igual proporção de 14,2% estão os problemas provocados pela falta de entrosamento com a família; 14,2% deixaram de responder a questão.

A constante valorização do conceito "juventude" pela sociedade capitalista, o desrespeito, o preconceito contribuem para que o Idoso permaneça na condição negativista quanto à sua perspectiva de vida presente e futura.

Fraiman cita que "chegar à velhice com saúde é privilégio de poucos, devido à somatória de situações desgastantes ao longo da vida". (Fraiman: 1991; 31).

Tem-se a acrescentar que, segundo dados do levantamento, o relacionamento do idoso abrigado com sua família é classificado como abandono, rejeição com um total de 27,2% de respostas; 18,1% apontam como distanciamento da família, 18,1% das respostas afirmam que os idosos não tem família, 9% apontam que o relacionamento ocorre de forma complicada, desvalorizada. Em igual proporção de 9% encontram-se as respostas de que a relação com a família continua e até expressam como sendo “uma relação ótima entre eles”.

Os dados referentes à situação de abandono, rejeição ou distanciamento do Idoso pela família explicam a sua conduta de tristeza, apatia, desesperança detectados no dia-a-dia na relação com a entidade.

Associado a esse contexto constata-se a percepção e enfrentamento do idoso no que se refere à discriminação pela sociedade. Assim 40% das respostas confirmam a postura acomodada, conformada, 20% das respostas revelam que a situação é assumida com muita dificuldade e, outros 20% demonstram tristeza frente à ações discriminatórias da sociedade pelo idoso em regime de internato.

Acrescenta-se ainda que, mais da metade da população idosa atendida pelas ONGs entrevistadas, ou seja, 66,6% não possui clareza quanto aos seus Direitos garantidos pela LOAS e POLÍTICA Nacional do Idoso; 16,6% das respostas indicam que os idosos tem muita clareza de seus direitos sem, porém, explicitar detalhes sobre a questão e os demais 16,6% expressam que há muita falta de informação por parte do usuário idoso.

Esses resultados revelam a importância de se elaborar projetos/programas voltados para o conhecimento e a divulgação dos direitos gerais e específicos do Idoso, assim como, promover ações intersetoriais para a sua inserção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Outro tema abordado na pesquisa está relacionado às mudanças ocorridas, percebidas na vida do idoso a partir do seu ingresso na entidade: 33,3% das respostas revelam melhoria da auto-estima; 11,1% expressam “buscar novas propostas, objetivos, programas”. 22,2% não aceitam, pioram e, em igual proporção de 11,1% das respostas encontram-se expressas atitudes de depressão, tristeza e abandono.

Indagando sobre a participação do idoso nas atividades da Instituição, constata-se atitudes favoráveis, como: 60% das respostas afirmam que os idosos são ativos, ajudam; 20% respondem que a participação é considerada ótima e 20% expressam que “em virtude da falta de projetos não se é possível avaliar tal medida”.

Por último, procurou-se investigar sobre o relacionamento dos idosos entre si, cujos resultados são os seguintes: 42,8% consideram-no bom; 42,8% das respostas apontam para um relacionamento amigável, companheiro e 14,2% revelam relacionamento conflitante, competitivo.

No ano de 2001, os resultados obtidos no levantamento de dados junto às ONGs de atenção ao Idoso tem sido divulgados e discutidos junto aos membros do Conselho Municipal do Idoso, representantes de entidades sociais; ONGs de atenção ao Idoso, profissionais de serviço social e de outras áreas gerando momentos de discussão e propostas de ação sobre questões identificadas e sugeridas pela pesquisa. Contribuiu ainda com dados para elaboração do Plano Plurianual da Assistência Social de Campinas – ano 2002 a 2005 – segmento Idoso. Esses mesmos dados foram socializados e discutidos junto aos alunos da Universidade da 3ª Idade da PUC-Campinas, oferecendo-lhes subsídios para propor e desenvolverem trabalhos voluntários junto às essas mesmas organizações não governamentais no município de Campinas.

Esses mesmos resultados foram devolvidos aos sujeitos envolvidos na pesquisa e com eles discutidos várias formas de superação dos desafios apontados no trabalho institucional com idosos através de ações conjuntas Faculdade de Serviço Social e atores sociais.

Diante do exposto podemos afirmar que a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, através da elaboração e operacionalização do Projeto de Extensão “Capacitação Continuada – gestão de ONGs de atenção ao Idoso busca estabelecer a interação Universidade – Comunidade – Organização da Sociedade civil, assim como, gera prestação de serviços e produção de conhecimentos a partir da realidade social e das ações profissionais junto as organizações não governamentais, consideradas estas espaços de prática de estágio do Curso de Serviço Social. Contribui, sobremaneira para a formação

profissional do assistente social na medida que articula ensino/pesquisa/extensão aprofundando as questões sociais relacionadas ao processo do envelhecimento, assim como desafios que se apresentam às ONGs na gestão dos direitos sociais e estabelecimento da cidadania do idoso.

BIBLIOGRAFIA

- Diretrizes para elaboração da Política Municipal do Idoso – 2ª Conferência Municipal do Idoso, Campinas, 1998.
- FRAIMANN, Ana P. **Coisas da Idade**, Hermas Editora e Informação, 2ª Edição, SP., 1991.
- LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social** nº 8.742, dezembro, 1993.
- MARQUES, M. Therezinha. **O trabalho social no cenário do terceiro Setor**, Campinas, 1998.
- NETO, Valdemar de Oliveira. **As ONGs e o Fundo Público**, In. Revista Serviço Social e Sociedade nº 37, Editora Cortez, SP., 1981.
- Política Nacional do Idoso** – Lei editada pela Secretaria dos Direitos Humanos, Brasília, 1998. Nº 8.842/1994.
- Trabalho Voluntário** – Lei nº 9. 608 de 18 de fevereiro de 1998, da Presidência da República.
- SALGADO, Marcelo. Anais do I Seminário Internacional “**Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século**”, 1999.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.) **Gestão de ONGs, principais funções gerenciais**, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ATENDIMENTO AO MORADOR DE RUA

Maria Therezinha Corrêa Marques

O cenário atual expressa a vivência do novo ano 2.000. Retrata as condições de trabalho, a necessidade de redimensioná-las

e de compreender as rápidas transformações ocorridas na economia, na política e no social.

No tocante à economia as relações entre o Estado e a sociedade se alteram em consequência das políticas de concentração de renda e do poder, como desdobramentos sérios à questão social. Em nome do desenvolvimento sustentável, do pagamento das dívidas externas e internas vive-se uma situação de crise. Situação reconhecida pelo próprio Banco Inter Americano para o Desenvolvimento, em seu relatório de setembro de 1999, referindo-se as dívidas sociais brasileiras e o crescimento da pobreza.

A realidade da Assistência Social brasileira deve ser avaliada no contexto internacional, retratado pela globalização. Não pode ser encarada com atributos de autonomia para definir e construir o seu próprio caminho, mas como dependente e, cada vez mais, fragilizada pelos princípios econômicos, ideológicos e políticos que norteiam a questão social mundial. A execução da co responsabilidade do Estado, tem sido cada vez mais insuficiente, desencadeando a pobreza conjuntural e estrutural, tornando a maioria da população, involuntariamente vulnerável, excluída da sociedade humana sem padrões mínimos de qualidade de vida. A Assistência Social frente a esse quadro reduz suas funções a aspectos compensatórios, em substituição à função redistributiva.

O Papa, quando entre nós, referindo-se aos problemas sociais brasileiros, afirmou: “não se constrói a família na miséria. A miséria corrompe os costumes e chama à atenção para a concentração dos meios econômicos para as desigualdades sociais e o estabelecimento da violência urbana, familiar e individual”.

“As situações de emprego, de sub emprego, moradia, saúde, reforma agrária, educação representam a grande distância que estamos da democracia e a dimensão da exclusão social” (Marques, M.T.C., 1997)

A globalização especulativa funciona como braço executivo do neoliberalismo, amplia a distância entre o desenvolvimento econômico e o humano/social.

Viviane Forrester, escritora francesa, no seu livro, *Horror Econômico*, coloca o dedo na ferida do neo liberalismo e defende a busca de alternativas num mundo em que o emprego já não existe. “O fenômeno do desemprego não é mais o que esta palavra significa, não se trata mais de uma exceção, é a regra. O conjunto dos homens não é mais necessário para o pequeno grupo que administra a economia e defende o poder. É toda uma população a mercê de outros, pronta a aceitar qualquer condição, seja para encontrar emprego, seja para não perder o que tem. A vergonha de estar desempregado e o medo de perder o emprego deveriam ser cotados na Bolsa, são elementos importantes do lucro”.

A situação de crise ocorrida, em especial, no mundo do trabalho conduz ao acúmulo da população excluída. Hoje constituída de 32 milhões de brasileiros, lutando por um trabalho que lhe permita sobreviver.

Dentre os excluídos, encontra-se o morador de rua, a quem se nega proteção social e a própria identidade, situação agravada pelo preconceito da sociedade, que o descarta como ameaça a sua tranquilidade, à sua segurança, a despeito dos princípios da ética e da solidariedade. Yasbek chama a atenção para a existência de uma “cultura política que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe”.; tal atitude significa “uma forma de ocultar o conflito, a resistência e legitimar a dominação”.

Os fundamentos introdutórios sinalizam o reconhecimento do morador de rua enquanto cidadão incluso na política pública de Assistência Social.

Considera-se como marco significativo, nesta última década, a Constituição Federal de 1988, ao apresentar dispositivos de caráter inovador tanto na legislação, quanto na prática sobre a incorporação da participação cidadã na gestão pública.

Juntamente a essa conquista procedem as reflexões, notadamente aos limites para se avançar na garantia dos direitos humanos e sociais, individuais e coletivos, definidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e consubstanciados na Política Pública de Assistência Social.

Os limites vivenciados referem-se a potencialização das ações voltadas à população excluída. São, como já referido, 32 milhões de brasileiros que lutam para sobreviver numa situação de fome, de indignidade humana, espelhando um quadro de pobreza estrutural. No Estado de São Paulo 450 mil pessoas estão morando na rua. Em Campinas, aproximadamente 500, entre adultos, crianças e adolescentes. São atendidos pelas Entidades de Assistência Social: Serviço Social de Atendimento Municipal ao Migrante, Itinerante e Mendicante; Casa dos Amigos de São Francisco; Casa de Apoio Santa Clara, Caritas Arquidiocesana, Toca de Assis.

A situação dessa população extremamente vulnerável e de trato indigno à condição humana, provocou a organização e realização, em Campinas, do 1º Seminário sobre Moradores de Rua, em 28.08.99. A programação constou de sete depoimentos de Moradores de Rua; de debates; avaliação em grupo; encaminhamento das propostas e elaboração de relatório conclusivo do Evento. Posteriormente remetido às Entidades de Assistência Social, como forma de registro, documentação e alternativa à formulação de política social voltada ao segmento.

A realização do 1º Seminário e as propostas apresentadas evidenciaram a elaboração do projeto de pesquisa junto às organizações sociais de atenção ao Morador de Rua - OGs, ONGs, objetivando subsidiar ações com e para o morador de rua, na perspectiva de sua inclusão. Ao definir-se como projeto de pesquisa/extensão, assenta-se no relacionamento da Assistência Social no campo da interdisciplinaridade, num processo interativo com os recursos institucionais e materiais da comunidade. O investimento na capacitação, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal envolvido, gestores, técnicos, conselheiros e o terceiro setor, constituíram o eixo central, uma vez que a profundidade do conhecimento da realidade, através da pesquisa, é determinante para definição das ações.

A criação do Fórum do Morador de Rua e a elaboração e execução do Planejamento Estratégico através da programação: mesa redonda com apresentação dos trabalhos realizados por OGs e ONGs e Órgãos Públicos, com a população de rua; depoimentos de catadores de papelão e de moradores de rua; almoço de confraternização,

atividades culturais; oficinas de capacitação aos profissionais dos setores técnicos e administrativo que trabalham com o segmento; marcha do morador de rua; encontro festivo no saguão do Paço Municipal e encenação de momentos do cotidiano da população de rua.

As realizações sinalizadas revelam o alcance dos objetivos direcionados para:

- Sensibilizar a sociedade civil e o poder público no processo a universalização dos direitos sociais e da cidadania;

- Subsidiar as entidades de assistência social na formulação de políticas sociais voltadas ao atendimento do morador de rua;

- Refletir e aprofundar o processo de resgate da identidade e da proteção social do morador de rua;

- Capacitar dirigente funcionário, técnico remunerados e voluntários das OGs e ONGs de atendimento ao morador de rua, para:

Constata-se pela leitura e avaliação da pesquisa de Levantamento de dados junto as OGs e ONGs a situação do não cidadão, uma vez que os direitos humanos/sociais lhes são negados pela estrutura da sociedade. Na verdade as implantações do mito desenvolvimento econômico globalizado, sem atentar para a questão social, já retratada na introdução, fizeram ruir a construção e vivência da cidadania no país, o que se constata é a sua desconstrução. Não há uma política social voltada ao morador de rua o que demanda a continuidade do trabalho comprometido da sociedade civil com a participação efetiva do Estado.

As considerações e as propostas colocadas a seguir, indicam os desafios na projeção de ações, sem a preocupação com a ordem de grandeza, destacam-se:

- um fator relevante é a discriminação, a pré concepção da sociedade em geral, produzindo uma cultura de rejeição ao morador de rua, um exemplo são os abaixo assinados dirigidos do CMAS, de moradores, solicitando o fechamento de ONGs, de atenção ao morador de rua, quando situados nas imediações de suas moradias.

- A visão de bem-estar, de caridade, no tratamento à situação do morador de rua em substituição a ações que interfiram numa política

de construção da cidadania; a precarização dos recursos humanos/sociais/materiais indicam a ausência de uma política compatível com a dignidade humana. As verbas são poucas, insuficientes para a sua própria manutenção dos recursos/serviços, contratação de profissionais, destacando-se o trabalho voluntário.

- O desemprego, complexa e perversa luta atual do trabalhador é a grande causa que o leva à rua e a grande dificuldade, deparada pelas ONGs.

- A falta de atendimento por profissionais qualificados, impede a realização de programas de prevenção e recuperação.

- A perda do espaço familiar, das práticas de solidariedade, do sentimento de auto estima, indicam a perda gradativa da cidadania, a precariedade das relações formais e informais.

- A política de desospitalização, o doente mental, sem a estrutura necessária à manutenção de acompanhamento e, em muitos casos, a rejeição da família em recebê-lo constituiu aumento da população de rua.

A leitura elaborada dos dados investigados, num processo dialético, remete naturalmente e, necessariamente às propostas que demandam a realização de ações integradas, articuladas através de um trabalho em rede:

- Montagem de Cooperativa de Trabalho: marcenaria, reciclagem de material descartável, com investimento de capital privado e ou público.

- Articulação com as Universidades através de seus projetos de extensão, em especial as Universidades Comunitárias no seu grande mérito em contribuir na formação da consciência crítica da sociedade.

- Continuidade do Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social desenvolvido no ano 2000, enquanto Instituição de Ensino é referência na luta pela universalização dos direitos sociais e políticos da população e ampliação dos mecanismos de inclusão social.

- Investimento, pela Faculdade de Serviço Social, no processo de capacitação continuada de conselheiros, gestores e técnicos da Assistência Social.

- Promoção, conjunta com Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e Conselhos Municipais no combate ao preconceito e à discriminação ao trato do morador de rua, enquanto pessoa e cidadão de direitos.

- Defesa e garantia do tratamento humanizado aos serviços terceirizados pelas ONGs e OGs.

- Continuidade do trabalho integrado com o CMAS, presença às reuniões de comissões de trabalho.

- Manutenção do Fórum do Morador de Rua como espaço permanente de trabalho, de avaliação, discussão e propostas referentes às políticas sociais.

- Integração e melhoria dos programas de atendimento ao morador de rua, visando a execução dos trabalhos das OGs e ONGs através de rede de proteção social.

- Investimento no trabalho voluntário com enfoque à capacitação voltado aos princípios e diretrizes das LOAS no combate à visão acrítica e restritiva em relação a pobreza. Mudança no atendimento, quase sempre, pautado como caritativo, benévolo, obsequioso em substituição aos direitos sociais do cidadão. Não se trata somente do aspecto técnico do direito, mas, especialmente, do respeito às relações humanas e de se penetrar nas causas estruturais e conjunturais da pobreza.

O procedimento metodológico, do projeto de pesquisa/extensão, desenvolveu-se tendo como objetivo da ação a realidade cotidiana das OGs e ONGs, nas gestão dos direitos sociais do morador de rua e como sujeitos envolvidos os conselheiros do CMAS, os dirigentes, profissionais técnicos/administrativos e moradores de rua.

No decorrer do processo ocorreram momentos aproximados e sucessivos de reflexão e ação tendo em vista a capacitação continuada dos sujeitos. Oficinas de trabalho, realizadas pela Faculdade de Serviço Social e pelo Fórum do Morador de Rua, desencadearam a participação efetiva dos sujeitos no estudo, na compreensão e efetivação das mudanças nas relações de trabalho com o morador de rua. Os instrumentos utilizados foram questionário com questões abertas e fechadas para levantamento de dados junto às OGs e ONGs, apresentação

dos dados coletados, implantação do Fórum do Morador de Rua; reuniões; realização da 1ª Semana do Morador de Rua; oficinas de capacitação; contatos; entrevistas; relato das ações; atividades desenvolvidas no decorrer dos trabalhos de atenção ao morador de rua.

Expressa o levantamento de dados que a situação do morador de rua, vincula-se à estrutura da sociedade na produção das desigualdades sociais.

“A história econômica, social, política, ideológica e cultural do período colonial à república e aos dias atuais, revela a marca de uma desigualdade social acumulada, cuja Questão Social e seus desdobramentos constituem, hoje, a vivência de uma pobreza estrutural. Os princípios da política néo liberal retratados nas ações do Estado, o desobriga do compromisso e, perversamente acontece o recuo frente às dívidas sociais brasileiras. Em nome do desenvolvimento sustentável, voltado exclusivamente para a economia, constata-se o prejuízo da sustentabilidade social no preparo das gerações para o mundo do trabalho, da ética, da cultura e da política, enquanto atributos do real exercício da cidadania.

Os resultados, contraditoriamente, provocaram e provocam um pensar coletivo sobre as relações sociais, evidenciando, nas suas diferenças, as marcas deixadas pelas desigualdades sociais, e, por isso mesmo, instigadoras de um trabalho pautado na indignação, no ânimo e compromisso. Qualidades próprias de uma sociedade ativa, capaz de sustentar um projeto de esperança e desencadear um processo reativador.

O aprofundamento das reflexões e das ações voltadas à conquista dos Direitos Sociais, no que se refere ao seu exercício e à sua violação, vem acontecendo nas OGs e ONGs de atenção ao morador de rua, nos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho do Idoso, nas Universidades, nos movimentos e Fóruns Populares (MARQUES, M. T. C.; 1999/2000).

O direito à participação constitui uma prática que acontece, cresce e é garantido por lei. Betinho, na sua luta pela democracia, afirma:

“Governo e oposição têm, hoje, uma Constituição que define os limites do poder e os rumos da política. As condições

institucionais básicas estão dadas para que a luta pela democracia sobreviva à crise econômica e social, resta seguir os seus caminhos através da participação, da garantia das liberdades, da aceitação da diversidade e, fundamentalmente, a superação das desigualdades”.

Uma distância nos separa da democracia plena. Considerada um valor em si mesma, deve estar presente na elaboração das políticas sociais.

Constata-se que o caminho está aberto pela participação ativa da sociedade civil, numa demonstração de que a fome e a miséria não são desgraças naturais com as quais a humanidade deve conviver, porém são dívidas sociais conseqüentes de uma lógica econômica que não incorpora o humano.

BIBLIOGRAFIA

Constituição Federal de 1988

Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA – Lei nº 8069 de 13.07.90

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742 de 07.12.93

ALAYÓN, Norberto. **“Assistência e Assistencialismo, controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza”?**, S.P., Cortez, 1992.

ARENDET, Hannah. **A Dignidade da Política**, R.J., 1993.

DAMATA, R. **A Casa e Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, Ed. ROCCO, 1997.

FORRESTER, Viviane, **“Horror Econômico”**, Editora Ibase, R.J., 1991.

MARQUES, Maria Terezinha C. **“Dívidas Internas e Externas, Dívidas Sociais”** Cadernos de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, 1999/2000.

REVISTA: SER SOCIAL Nº 05, **“Trabalho e Cidadania”**. Universidade Federal de Brasília”, DF, julho a dezembro de 99.

SOUZA, Herbet – Escritos Indignados. **“Democracia versus Neo Liberalismo no Brasil”**, Ibase, RJ, 1991.

YASBEK, M.C. **Classes Subalternas e Serviço Social**, S.P., Cortez, 1993.

REFLETINDO SOBRE A INTERVENÇÃO

Dra. Mirian FAURY*

O texto apresentado, trata de uma reflexão sobre a questão da intervenção em Serviço Social, a partir do estudo de alguns autores estrangeiros, principalmente franceses e canadenses. Foi realizado a partir de um projeto de pesquisa sobre o tema da prática cotidiana de Assistentes Sociais, em contexto de microatuação, desenvolvido no NEMESS/PUC-SP no ano 2000. Os depoimentos que aparecem citados, são de assistentes sociais que trabalham na área do Judiciário.

A intervenção para, ou em Serviço Social, sempre representou uma questão. No entanto, não temos discussões aprofundadas sobre o tema, nem um tratamento de maior destaque a ele é dado.

Um exame das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais, mostra sempre que a gravidade das necessidades apresentadas (demandas) e o alcance coletivo dos problemas, demonstram que as situações enfrentadas uma a uma, não podem levar a reais conquistas.

Sanicola (1994), ao falar sobre esta situação, afirma que: “*A intervenção ao nível das situações individuais, se não é ligada a uma perspectiva de projeto de tipo coletivo, corre o risco de representar um esforço titanESCO, pulverizando todos os recursos, a começar pela energia afetiva dos técnicos (intervenants) que se desencorajariam frente a dificuldade de ver os resultados de sua ação.*” (Sanicola, 1994:32)

Em que pese o interesse pelo debate destas questões, é importante verificarmos os conceitos atribuídos ao termo intervenção e

(*) Professora doutora da Faculdade Serviço Social - PUC-Campinas.

como ela está sendo discutida hoje, antes de passarmos a outras considerações.

O conceito de **intervenção** com o objetivo de transformar a vida social, aparece em Kurt Lewin que no entanto, contrariamente a outras correntes intervencionistas, não propõe a transformação da estrutura da sociedade de classes (Haguette, 1990:96).

Zuñiga, em texto recente sobre Serviço Social, refere-se a **intervenção**, como um caso, uma situação, um sistema único: *“uma intervenção é, num sentido muito real, uma situação única, com dinamismo e estrutura próprias, organizada por uma rede de interações e de relações que lhe são específicas.”* (Zuñiga, 1994:129)

Ainda segundo este autor, a **intervenção** contém:

- situação problema;
- demanda apresentada (por encaminhamento ou procura espontanea);
- conhecimento da situação;
- estabelecimento de plano de intervenção;
- relato do desenvolvimento;
- apresentação dos resultados;
- interpretação dos resultados e referência a modelo teórico (Vide Zuñiga, 1994:136).

No Brasil, falamos de **intervenção** de maneira indistinta – tanto quando nos referimos a “abordagem individual” como quando nos referimos às “práticas com dimensão coletiva” ou ao “trabalho de rede”. No entanto esta situação não aparece em textos de autores estrangeiros. Vários autores com larga produção em Serviço Social, na Itália (Sanicola), França (Robertis), Canadá (Guay, Besson, Zuñiga), fazem distinções entre as diversas situações de trabalho.

Para Sanicola *“No campo do Serviço Social existe uma ação que é de natureza clínica ... a partir do momento onde se verifica o fato de que o Assistente Social deve atender uma situação indivíduo/família e é chamado a intervir ao nível de um problema de natureza relacional, como pode ser uma situação de crise ligada a um evento crítico, por*

outro lado, ... existem práticas com dimensão coletiva onde as situações individuais não tem geralmente importancia para a intervenção posto que clarificam demandas e problemas de natureza coletiva finalmente, falaríamos da intervenção em rede, situada entre as práticas de orientação clínica e comunitária (...) introduzindo o cuidado e a atenção do meio pelo próprio meio". (Sanicola, 1994:31)

Segundo Besson e Guay (2000), o Serviço Social tem se deparado com a necessidade de realizar uma passagem em direção a novas formas de intervenção. Isto tem a ver com as chamadas "experiências sobre o terreno", ou as vivências da prática que tem exigido (no sentido de demandar), um modo diferente de relação com o usuário que exige criatividade frente a novas situações. Esta situação tem levado não só os Assistentes Sociais a mudarem, mas também, as próprias instituições que os empregam.

Estes autores, apontam a direção destas mudanças: do individual ao coletivo; da ajuda à auto ajuda (*entraide*) e da assistência ao acompanhamento. (Besson e Guay 2000:251)

Sanicola (1994) ao refletir sobre as novas perspectivas do trabalho social que poderiam constituir uma "virada metodológica" nas práticas, diz que a explicação se encontraria nos estímulos exógenos ao mesmo tempo que nos estímulos endógenos.

No nível exógeno, encontraríamos:

- as novas aquisições das ciências humanas;
- a nova realidade social com particular atenção sobre a realidade das necessidades;
- as orientações da política social.

No nível endógeno encontraríamos a dupla exigência dos profissionais de responder à tradição (desde a gênese da profissão, encontramos a solidariedade e o direito, como garantias da salvaguarda dos valores humanos) e de se abrir às inovações indispensáveis à vida moderna.

Aqui é importante lembrar que as necessidades tradicionais tem um caráter de permanência, ao contrário das populações envolvidas, que mudam, assim como as demandas evoluem. (Sanicola, 1994:13-21)

Vejamus a seguir, uma proposta de intervenção que utiliza novos paradigmas.

Utilizando um paradigma de interpretação, de natureza relacional, Guay e Besson (2000), citam quatro formas de intervenção psicossocial:

1. exploração (no sentido de aprofundamento);
2. apoio;
3. educação;
4. acompanhamento.

As duas primeiras formas, seriam mais utilizadas segundo os autores, na psicoterapia, e, as duas últimas, no Serviço Social.

Com referência a educação e acompanhamento, as formas mais utilizadas e adequadas ao Serviço Social, os autores apresentam o seguinte quadro:

Educação

- a) **conteúdo:** ensino, formação e “*modelling*”, afim de desenvolver as competências sociais e pessoais;
- b) **processo:** o profissional ensina o usuário a desenvolver as competências sociais e pessoais, identificando o processo de aprendizagem e propondo uma retroação, “*rétrraction*”, sobre o progresso.

Acompanhamento

- a) **conteúdo:** ajuda e acompanhamento nas providências, “*demarches*”, necessárias, seja para inserção social, seja para a obtenção de serviços.

Mediação para estabelecer contatos ou acertar conflitos.

- b) **processo:** o profissional ensina o usuário a fazer e tomar as providências necessárias, a estabelecer contatos e a acertar os conflitos. Ao mesmo tempo em que acompanha, fornece uma retroação sobre o progresso.

A este respeito e para maiores detalhes, consultar o texto citado de Guay e Besson (2000:256).

Em trabalho de pesquisa sobre a prática de Assistentes Sociais em contexto de micro atuação, falas das Assistentes Sociais entrevistadas, mostram insistentemente e de maneira recorrente, a existência de **intervenções** – ações profissionais com o intuito de modificar, alterar, uma dada situação social. No entanto, as chamadas intervenções, não aparecem com destaque, nem tampouco são problematizadas em relação a modelos ou em relação aos aspectos de: finalidade, meios, modo de operação.

Vejam algumas das falas coletadas:

“Que essa mãe ou essa avó estejam pleiteando a guarda, tem condições, desde que ela possa ter um acompanhamento da prefeitura, desde que ela possa ser inserida no programa renda mínima, desde que ela possa ter um suporte no serviço de atenção familiar. Então, muitas vezes a gente faz esse contato com esses serviços, para ver a realidade disso e aí a gente já informa o juiz. Muitas vezes a gente já faz o encaminhamento que eu acho, é uma prática também importante ...” (A 1)

“Eu acho que a observação é um instrumento muito rico que eu tenho atualmente. As visitas domiciliares para mim hoje, tem um caráter muito importante dentro da profissão. E, entrevistas conjuntas, com o casal, com os parentes, com os vizinhos, com a escola. Esse olhar sobre a família, considerando a família inserida num contexto social. Que dimensão isso tem? Eu acho que hoje é a coisa mais importante que eu olho agora, como eu faço isso, como é que eu posso dizer ... são coisas tão finas não é? Acho que é uma escuta muito aperfeiçoada construída pela prática ...” (A 2)

“O que eu fiz a semana passada numa tarde? 10 visitas! Um verdadeiro “INPS”. O que eu fazia? É lógico que não ia ficar nela só. Eu chegava e ficava uns 10 minutos na casa, não observava nada né? Porque você só dá uma geral assim,

conhece a família, faz o primeiro contato e deixa uma notificação para vir aqui ..." (A 1)

"..... o estudo social englobaria entrevista, englobaria encaminhamento e visita domiciliar né? E o encaminhamento a gente faz, no decorrer desse contatos." (A 1)

"..... o que a gente faz, a visita domiciliar ... hoje, dada as dificuldades, muitas vezes a gente não tem a perua em tempo para a visita. A gente liga para a pessoa e pede para ela virna visita, o que eu posso dizer assim ... a grosso modo, o que a gente utiliza é muito a capacidade de observação da dinâmica." (A 1)

"Uma boa entrevista? Bom, teríamos que ter assim, uma sala mais aconchegante, cadeiras mais confortáveis, um ambiente higiênico é importante. Eu acho que teríamos que ter uma empatia, uma boa acolhida à pessoa que você vai ouvir. E uma sensibilidade, uma disposição. Que o telefone não ficasse tocando e você pudesse dar uma atenção bastante centrada, individualizada àquela pessoa! E isso nem sempre é possível. E acho que na visita também, essa atenção seria muito importante!" (A 2)

"Quando ele julga procedente o pedido da pessoa, ele já pede um estudo social e é aí que nós entramos. Até um tempo atrás, nós entrávamos em dois momentos: no atendimento de plantão, quando a gente recebia né, e depois, para fazer um estudo." (A 1)

"... é receber o processo, é fazer uma leitura desse processo, é fazer um contato com a criança, com a família dessa criança, com os técnicos que atendem essa criança e aí, assim num círculo, não é, crescendo, formar um parecer e escrever esse parecer para o juiz. Esse é o trabalho que fica registrado, é o parecer técnico!" (A 2)

"... Eu tenho que dar um parecer! Em geral o processo (...) contém uma pergunta né? Deve essa criança (que eu falei), ser encaminhada ou permanecer no abrigo? Por quanto tempo então? A resposta a essa pergunta é um parecer que

você tem que emitir. E é uma tarefa de extrema responsabilidade porque é o destino de uma criança ou de um adolescente!" (A 2)

"Olha, para a entrevista eu me lembro assim, de tudo que eu aprendi na Faculdade, com relação a postura diante do entrevistado ... quando eu atendo família, a pessoa, num determinado processo ... então a abordagem, ela é uma abordagem individual né, e ela é assim, a ampliação dela, a amplitude dela é a família..... Os conhecimentos que eu me lembro da graduação, muito diz respeito a abordagem individual, a postura diante da pessoa que se vai entrevistar, né, a escuta né, que fatos ela tem pra dizer? É procurar refletir com essa pessoa!" (A 1)

A **intervenção** deveria aparecer nas falas, instituindo formas e dinâmicas de ação, mas os profissionais limitam-se a citar: entrevistas, visitas, contatos, relatos.

Coloca-se então, uma questão para nós pesquisadores, ao analisarmos/examinarmos as falas: porque os Assistentes Sociais não se referem à intervenção, de maneira mais detalhada? Seria receio de ser julgado na sua ação profissional? Seria a presença ainda toda poderosa, da *reconceituação* que questionou as práticas de atenção individualizada? Seria a insegurança da ação profissional?

Certamente, nossa conclusão a este respeito é inconclusiva. Novos estudos devem ser feitos nesta direção, para clarificar os termos e conhecermos a real dinâmica da intervenção, na prática do Assistente Social, em contexto de microatuação.

BIBLIOGRAFIA

BESSION, C. e GUAY, J. *Profession Travailleur Social*, Gâetan Morin Editeur, França, 2000.

NEMESS/PUC-SP, Nucleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas do Serviço Social – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PUC/SP, Relatórios de Pesquisa 2000.

ROBERTIS, C. de. *Méthodologie de l'intervention en travail social*. Ed. du Centurion, Paris, 1981.

SANICOLA, L. (dir.) *L'intervention de réseaux*. Bayard E. Paris, 1994.

ZÚÑIGA, R. *Planifier et évaluer l'action sociale*. Le Presses de L'Université de Montréal, Canada, 1994.

CIDADANIA LOCAL E PLANETÁRIA: QUESTÕES PARA O NOVO SÉCULO

Samira KAUCHAKJE*
Maria Antonia de SOUZA**

A noção de sociedade civil ganhou novo destaque teórico e também novas compreensões nos anos 70 e 80, concomitante e articulada ao impulso que as ações coletivas tiveram, em especial, nas décadas de 80 e 90 com o processo de democratização formal do sistema político brasileiro. Nos anos 90 a sociedade civil ganha maior visibilidade, nos vários meios midiáticos, principalmente a partir das ações organizadas e em rede dos [novos] movimentos sociais. Como afirma Gohn (2000) a mídia tem um papel estratégico e político, nos anos 90, uma vez que tem o poder de "... construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social". Também, propiciaram tal visibilidade pública a ação das Organizações não Governamentais com diferentes bandeiras e temáticas; as experiências de orçamento participativo, entre outras. Assim, a sociedade civil organizada passou a demandar recursos para a implantação de projetos sociais relacionados à questão das desigualdades e exclusões que se agravaram com a difusão de políticas orientadas pela ideologia neoliberal. A noção de parceria passou a ser adotada, principalmente, pelos governantes de todos os partidos, cabendo à sociedade civil a proposta e ação de seus projetos, com verbas dos governos local ou nacional, assim como com verbas

(*) Docente do CEPRE - FCM - Unicamp. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais e Cidadania – FE-Unicamp.

(**) Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais e Cidadania – Unicamp.

internacionais. Neste contexto, se por um lado a sociedade civil conquistou força política e novos contornos podem estar sendo gestados para a cidadania no novo século, por outro, há sinais de uma despolíticação dos espaços públicos relacionada a este mecanismo em que a própria sociedade assume e se responsabiliza por uma parcela das responsabilidades sociais do Estado. O próprio entendimento de que o Estado é responsável por políticas sociais, por exemplo, foi uma conquista, entre outros atores sociais e no contexto do final das duas grandes guerras mundiais, dos movimentos sociais do início do século XX.

A cidadania está em constante construção dinamizada pela intervenção dos movimentos sociais e de outras ações coletivas em relação ao Estado, ou seja, os movimentos sociais se constituem como um dos principais atores para a conquista, ampliação e garantia de direitos dos cidadãos e, também, para a redefinição do papel e atribuições do Estado e sua relação com a sociedade civil (lembrando, em especial, as tentativas mais ou menos ou nada bem sucedidas de instaurar o Estado de Bem Estar Social). Embora, também façam parte do cenário social, em diferentes períodos históricos, os movimentos sociais cujos projetos e ideologias não contribuem ou são contrários à conquista, garantia, ou ampliação de direitos.

Neste sentido, ganha destaque o debate sobre os contornos e configurações da cidadania no novo século, em especial na sociedade brasileira.

Estes novos contornos já são percebidos desde meados da década de 90, sobretudo pela inter-relação entre local, regional e o global. O local influenciou e foi influenciado pelos acontecimentos regionais e globais. É notória a presença do Exército Zapatista de Libertação Nacional [EZLN] no México; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST] no Brasil; os movimentos e ONGs ambientalistas, dentre as quais se destaca o Greenpeace; os protestos de trabalhadores reivindicando emprego e proteção social, num contexto de flexibilização e desregulamentação das legislações trabalhistas; as manifestações dos cidadãos homossexuais, lésbicas e bissexuais; a presença dos Portadores de Necessidades Especiais na mídia em geral, reivindicando o direito à diferença. Poderíamos continuar com exemplos que

demonstram movimentos e manifestações locais que tiveram repercussão internacional ou vice-versa. Assim, fala-se da possibilidade de conquista da cidadania planetária, juntamente com a da cidadania plena, quando se trata do espaço local. *

Pensar a cidadania num período “pós-moderno”, como denominado por muitos (na modernidade, a cidadania formal estava muito próxima da idéia de identidade nacional e monolingüística); também contribui para a compreensão da chamada cidadania ampla e planetária, tendo em vista a trans-territorialidade e o multi-linguismo, bem como para refletir sobre quais os movimentos sociais que melhor caracterizam ou reivindicam esta nova cidadania e indicam uma nova forma de se fazer política, de se conceber e viver em sociedade (Scherer-Warren, 1993 e 1999).

Na atualidade, os movimentos ligados a questões étnicas, de gênero, etárias, à deficiência, ao meio ambiente, ao patrimônio genético e à biodiversidade, ao direito das futuras gerações, entre outros, em outras palavras os movimentos que demandam direitos contemporâneos ou de 3ª e 4ª geração (assumindo aqui o risco da cronologia em se tratando dos direitos) têm exercido forte influência para a ampliação do que consideramos cidadania e de quem consideramos cidadãos.

Há uma demanda e ações efetivas para que sejam garantidos os direitos do cidadão do mundo ou para que seja aceita a idéia da cidadania planetária, isto num momento em que reivindicações, destes mesmos movimentos, pelo direito à diferença e pela conquista de legitimidade das culturas, modos de vida e necessidades locais estão mais evidentes em contraposição à uma suposta globalização. Num momento ainda, é relevante lembrar, em que o Estado (“local”) nacional está sofrendo modificações inclusive quanto à soberania na gestão econômica e territorial, acentuadas pelas políticas de desestruturação e pela internacionalização do capital financeiro.

As modificações contínuas e aceleradas no interior dos Estados nacionais e nas relações internacionais e de demandas dos movimentos sociais é que está se desenvolvendo o aparente antagonismo entre local e global. Aparente antagonismo, pois, compreendemos que o local e o global são momentos diferentes de manifestação da

cidadania que se quer aprofundada (garantia dos direitos já consagrados localmente), por um lado, e ampliada (novos direitos sendo conquistados, novos grupos sociais sendo incorporados no seu exercício local e internacional).

A questão em aberto é se no cenário atual que apontamos, caracterizado pela reestruturação do Estado e pelas novas manifestações e “atribuições” da sociedade civil, existe a possibilidade de desenvolver o que está sendo anunciado e demandado neste novo século: o aprofundamento da cidadania local e a cidadania planetária.¹

BIBLIOGRAFIA

- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST. impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. SP: Hucitec, 1999.

IDENTIDADE E INCLUSÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL*

Samira KAUCHAKJE**

RESUMO

Este trabalho discute o processo de inclusão social dos grupos sociais minoritários. Os movimentos pela inclusão estão no registro das lutas sociais pelos direitos à igualdade e à diferença. Por um lado, o direito à diferença está relacionado às demandas identitárias de movimentos sociais, como o feminista, os étnicos e o das pessoas com necessidades especiais. Por outro, a noção da inclusão está, tradicionalmente, ligada à idéia da igualdade que, desde de pelo menos o século XVIII, baliza as lutas sociais e um ideal político e de sociabilidade para a construção de sociedades democráticas ou igualitárias. Somente a partir de meados do século XX que protagonizamos uma guinada que vincula a inclusão ao direito à diferença. Isto traz conseqüências perturbadoras em termos teóricos, e com possibilidades abertas para as relações societárias. Isto é, a afirmação da identidade das minorias pode acarretar a redução de suas relações com o resto da sociedade e a formação de “tribos identitárias”. A

(*) Trabalho se baseia no texto: “Inclusão: uma perspectiva social e da conquista de direitos”, publicado, com poucas modificações, no livro MANTOAN, Maria Teresa Egler et alii (orgs.) *Mobilidade, Comunicação e Educação: Desafios à Acessibilidade*. Campinas: WVA Editora, 2000, p.203 -212

(**) Assistente Social, Docente do CEPRE-FCM- Unicamp, Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais e Cidadania – Unicamp

construção de identidades pode sublinhar mais as diferenças das minorias com relação à sociedade e à outros grupos sociais minoritários (não raro, também sofrendo discriminação e violência), ao invés de proporcionar mobilizações conjuntas para a ampliação ou garantia da igualdade como direito.

Palavras-chaves: *identidade, igualdade, diferença.*

Neste trabalho temos a preocupação de discutir o processo de inclusão social dos grupos sociais minoritários na perspectiva da conquista de direitos.

As chamadas minorias (mulheres, homossexuais, pessoas com necessidades especiais¹, negros, índios, latinos, idosos, crianças, entre tantos outros recortes de gênero, étnico, ou geracional), assim são consideradas porque trazem inscrito nos corpos² algum atributo identificado como diferente em relação ao grupo social hegemônico e/ou porque não expressam ou não fazem parte dos grupos detentores de poder, embora possam manifestar, por meio de sua organização, o poder social³.

(1) O termo "com necessidades especiais", apesar de não ser auto esclarecedor (afinal, todas pessoas consideradas individualmente ou em referência a alguma forma de coletivo, apresentam necessidades específicas, especiais), será utilizado neste trabalho para denominar o grupo social a que estamos nos referindo - pessoas com surdez, cegueira, visão subnormal, bem como, pessoas que utilizam cadeira de rodas ou que apresentam "deficiência" mental. Isto porque esta terminologia é ainda mais adequada do que a "com deficiência", que sabidamente, apresenta problemas como os apontados pelo movimento dos surdos no Brasil, que no lugar da denominação "deficiente auditivo", carregada de preconceitos e discriminação, tende a identificar-se como surdos e fazendo parte das minorias culturais e lingüísticas. Mesmo assim, a busca por uma terminologia que, ao mesmo tempo, não seja discriminatória e possa denominar as demandas identitárias deste grupo social "com necessidades especiais" é objeto de debates em andamento.

(2) "Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos, e das relações de nosso corpo com o mundo." (UMBERTO ECO, conforme citação de COHEN & DUARTE, 1995).

(3) Lembramos, com BOBBIO (1996), que numa sociedade existem três poderes interagindo de diversas formas: a) poder da coerção, do uso (legítimo) da violência, que seria um atributo do poder político; b) poder da riqueza ou o poder econômico; c) poder ideológico, detido pela(s) Igreja(s), instituições escolares, pela mídia, entre outros. Mas, acrescentamos um outro poder - o poder social, como atributo da sociedade civil, ou de seus setores organizados, que demonstra sua "potência" apenas excepcionalmente por meio de manifestações, organizações e movimentos sociais.

As formas de convivência entre os diversos grupos sociais (majoritários, minoritários) - entre as diversas identidades - no interior das sociedades ou nas relações internacionais, é um aspecto importante para perceber se tais sociedades são mais ou menos inclusivas. Ao longo da história e também numa mesma época, podemos agrupar três formas ideais (como tipo ideal weberiano) de convivência social: a *exclusão* pela morte, pelo abandono (o que, quase sempre, significa uma condenação à morte) e pelo encarceramento ou institucionalização; a *convivência regulada* através da produção de espaços específicos, em separado, para as pessoas "com diferenças", tais como ruas, ônibus, bairros, escolas, etc. reservados para uma determinada etnia, para as mulheres ou para as pessoas com necessidades especiais (a convivência regulada é também percebida quando as pessoas do grupo social minoritário, mesmo ocupando o espaço público ou estando incluídas nas políticas públicas, o fazem de forma diferenciada ou estigmatizante); a *inclusão* como um processo de um movimento dinâmico e permanente que reconhece a diversidade humana e tem como fundamento a igualdade na participação e na construção do espaço social, compreendida como um direito.

Os direitos são formação e produtos históricos (VALADÃO: 1997) e são o resultado da relação entre sociedade civil (por meio, em especial, de ações coletivas) e Estado (através das políticas e instituições públicas). Em nossa perspectiva, entre as ações coletivas os movimentos sociais⁴ ganham destaque, na medida em que, especialmente, por meio deles "novos direitos vão sendo propostos e conquistados e o cumprimento dos direitos estabelecidos vai sendo exigido, no plano das garantias individuais, dos direitos coletivos (associativistas), das conquistas sociais, dos direitos de 'terceira geração' (étnicos, de gênero, etários, ambientais, etc.)" (SCHERER-WARREN, 1999: 38).

Os direitos são conquistados, ampliados ou garantidos nesta relação entre as demandas da sociedade e as políticas do Estado, tendo como resultado almejado a sua inscrição na constituição e a regulamentação na legislação. No entanto, apesar de ser este o objetivo

⁽⁴⁾ Entendemos movimentos sociais como "ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade", conforme CASTELLS (1999, 20).

geral das lutas por direitos, a sua inscrição em leis e a sua implementação através de políticas e condições objetivas que o garantam não são suficientes, pois, sua garantia reside, principalmente, na mudança de valores e de mentalidade de uma sociedade. Existindo esta mudança, existe também a possibilidade de que mesmo em situações conjunturais de desrespeito a direitos já conquistados ou almejados, haja mobilizações sociais para a retomada ou busca de seu exercício. Ao contrário, mesmo que os direitos tenham sua inscrição em artigos constitucionais e na legislação, se eles não fazem parte dos valores e da mentalidade daquela sociedade, então, muito provavelmente, na dinâmica das relações sociais (no cotidiano das instituições familiares, escolares, de trabalho etc.) tais direitos serão olvidados e desrespeitados.

Além disso, numa sociedade em que há acentuada desigualdade social, os direitos das pessoas que fazem parte das chamadas minorias tendem a ser reiteradamente desrespeitados. A desigualdade social potencializa outras formas de injustiça social, como as baseadas na diferença. No Brasil, um país extremamente desigual e injusto (TOURAINÉ, 1999; HOBBSBAWN, 1995), tais minorias têm a experiência cotidiana desta realidade que se concretiza nas diversas formas e facetas da exclusão.

A história da luta pelos direitos vai tanto em direção da sua ampliação (mais direitos, novos direitos), como da sua abrangência ou universalização (inclusão de mais pessoas e grupos sociais no exercício dos mesmos). Neste sentido, assumindo os riscos e implicações de uma cronologia, os direitos podem ser divididos entre os civis, políticos, sociais e contemporâneos ou novos. Os *direitos civis*, cujo marco é o século XVIII, são direitos individuais e dizem respeito à liberdade pessoal, de pensamento, de religião e à liberdade econômica; os *direitos políticos* (consagrados nas mobilizações do século XIX) se referem à liberdade de associação em partidos e aos direitos eleitorais de amplas camadas da população; os *direitos sociais* advêm dos movimentos sociais do século XX e estão voltados à coletividade, são basicamente os direitos à educação, à habitação, à saúde e à alimentação; os *direitos contemporâneos* (novos ou de terceira e quarta geração), são, em grande parte, um legado dos novos movimentos sociais que a partir de meados do século XX apresentam demandas por direitos

específicos relativos ao gênero, à etnia, à faixa etária, bem como pelos direitos das futuras gerações, os ligados às questões ambientais, pacifistas e ao patrimônio genético.

Interessante notar que com relação aos primeiros direitos (civis, políticos e sociais) somos herdeiros das lutas pela sua conquista, mesmo que na atualidade o seu exercício não seja efetivo e nem de “uma vez para sempre” (como é fácil perceber no caso dos direitos sociais, negados à grande maioria da população mundial e, também, dos direitos políticos, em vários países inexistentes, sofrendo revezes ou parcialmente garantidos), mas somos herdeiros ao menos, e isto não é pouco, da mudança de valores e de mentalidade que estas lutas sociais trouxeram⁵. Com relação aos últimos - os novos direitos - somos protagonistas, isto é, participamos de sua elaboração e implementação e dos debates e desafios por eles acarretados.

É preciso observar, também, que os primeiros fazem referência ao direito à igualdade e os últimos ao direito à diferença.

O direito à diferença visa atender as demandas identitárias dos novos movimentos sociais⁶, tais como o feminista, os étnicos e, inclusive, o movimento das pessoas com necessidades especiais. Estes movimentos carregam uma dualidade: o envolvimento nas questões de justiça social e das relações mais igualitárias (característica que têm

⁽⁵⁾ Os direitos civis, políticos e os sociais já estão consagrados como direitos na maioria dos países de governo democrático, e mesmo quando a realidade reiteradamente desmente, não havendo o efetivo exercício dos mesmos, há uma aceitação mais ou menos geral de que nesta situação há algo de desrespeito e de mau governo havendo, muitas vezes, lutas sociais para sua mudança. E as reivindicações por novos direitos, levadas adiante pelos movimentos feminista e ambientalista, por exemplo, vêm provocando mudanças nos valores e alterando as relações familiares, de trabalho, a própria identidade dos homens e a relação dos seres humanos com a natureza e com as futuras gerações.

⁽⁶⁾ O que distingue os novos movimentos sociais de outros, tais como o movimento de trabalhadores ou o movimento popular, não é tanto a época de seu surgimento, ou a novidade de sua demanda, mas, sobretudo, a característica de apresentarem novos elementos culturais: pacifismo, reconhecimento da diversidade humana, respeito à natureza, descentralização, busca de autonomia em relação aos partidos políticos e ao Estado, participação política mais democrática e direta. Os novos movimentos sociais “mobilizam princípios e sentimentos”; “falam mais de autogestão de que de um sentido histórico e mais de democracia interna que de tomada de poder” (TOURAINÉ, 1994, 263).

em comum com os movimentos mais tradicionais); e a referência ao que lhes é peculiar enquanto elemento de distinção - a demanda pelo reconhecimento de identidades⁷ específicas. Isto nos permitiria interpretar que tais movimentos estão, ao mesmo tempo, no registro das lutas democráticas e/ou socialistas, por meio da reafirmação da igualdade (TOURAINÉ, 1998a); e no registro do campo conservador pela afirmação e consentimento com a idéia da diferença (PIERUCCI, 1990).

Na verdade, a idéia da diferença ligada tradicionalmente a reações e políticas conservadoras reconhece diferenças como desigualdades e, num mesmo movimento, “parte da certeza sobre a diferença” e, numa escala valorativa, rejeita os considerados diferentes (afirmando enfaticamente, por exemplo, que “naturalmente” as pessoas negras não são iguais às pessoas brancas ou a mulher não é igual ao homem, nos direitos, dignidade, lugar social...⁸). Mas, o direito à diferença demandado pelos novos movimentos sociais não faz parte do campo conservador, e sim do campo progressista (em particular, a partir dos anos 60) onde adquire o sentido do respeito às singularidades, necessidades e identidades específicas em consideração à diversidade humana. Seria um contraponto à intolerância, para além do exercício da “simples” tolerância (que faz parte do ideário liberal), pois, supõe convivência e inter-relação importantes.

De forma semelhante, a noção da inclusão social está ligada à idéia do direito à igualdade que, desde de pelo menos o século XVIII, baliza as lutas sociais e um ideal político e de sociabilidade para a construção de sociedades mais democráticas e/ou igualitárias, e é somente a partir de meados do século XX que somos protagonistas de

⁽⁷⁾ Entendemos identidade, com CASTELLS (1999, 22-3) como “fonte de significado e experiência”. Identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social”. Segundo o autor, toda e qualquer identidade é construída. “A construção de identidades vale-se da matéria – prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”.

⁽⁸⁾ Em PIERUCCI (1990) podemos observar o sentido dado à afirmação da diferença pelos eleitores de políticos conservadores na cidade de São Paulo.

uma guinada que vincula as lutas pela inclusão com o direito à diferença. Isto não está isento de conseqüências no mínimo perturbadoras em termos teóricos, e com possibilidades abertas para as relações societárias.

Uma das razões para esta perturbação é que mesmo no campo progressista e tendo como porta-voz os novos movimentos sociais, as demandas pelo direito à diferença não estão isentas de riscos quanto às conseqüências sociais indesejáveis para os próprios protagonistas. Por um lado, a afirmação da diferença, na polifonia das vozes sociais, pode vir a fortalecer o sentido conservador, acarretando uma fragmentação da sociedade civil pelo crescimento das reações fundamentalistas e da xenofobia. Por outro lado, a afirmação da diferença pelas próprias minorias, representada na demanda pelo respeito a identidades específicas (dos surdos, das pessoas com necessidades especiais decorrentes da cegueira ou da visão subnormal, de mulheres, dos homossexuais, dos negros, entre outros), pode proporcionar a redução das relações destas minorias (destas identidades) com o resto da sociedade (TOURAINÉ, 1998b) - inclusive a redução das relações com outros (e entre) os próprios grupos sociais minoritários, não raro, também sofrendo processos de discriminação, exclusão e violência - diminuindo, assim, os espaços de solidariedade e favorecendo a formação de "tribos identitárias" (SHERER-WARREN, 1999:13) em detrimento da busca de caminhos e de formas de lutas sociais conjuntas para a ampliação da igualdade como direito.

Contrariando sua motivação primordial, o direito à diferença pode contribuir para o revigoramento ou formação de sociedades e mentalidades excludentes, (*a exclusão dos diferentes*), seja através do revigoramento da exclusão das minorias pelo grupo social hegemônico, ou através da exclusão ocorrida entre os próprios grupos sociais minoritários, justificada pelas especificidades de suas demandas identitárias. Este processo que poderíamos denominar de "guetização", engendrado ou fortalecido pelas próprias minorias, é percebido na busca da reafirmação e do "orgulho" pela identidade construída (CASTELLS, 1999), e pode levar à construção de espaços sociais exclusivos que dêem conta da manifestação destas identidades, como, por exemplo, espaços de resgate da cultura de determinadas etnias, de escolas

somente para surdos, de lugares sociais particulares para mulheres, homossexuais ou para idosos. Entretanto, não se pode deixar de considerar que neste processo de “guetização” pelas (e entre) as próprias minorias existe o viés da resistência e, algumas vezes, também, do ressentimento pelas violências sofridas, como momentos e estratégias das suas lutas sociais.

Disto decorre que a possibilidade das lutas sociais pelo direito à diferença contribuírem para a formação de sociedades e mentalidades inclusivas, adquirindo fortemente o sentido progressista, estaria na mediação deste direito com o princípio da igualdade na ocupação e na construção do espaço social. Princípio que funda padrões de civilidade nas relações sociais.

Não são as idéias e práticas baseadas na diferença, mas sim as que consideram a igualdade que fundamentam a civilidade nas relações societárias, pois, o direito à igualdade supõe que as demandas, a palavra, a língua, o modo de ser, viver e de expressar de cada um (individualmente ou considerado num coletivo) têm legitimidade e igual lugar no cenário social⁹. Cenário construído não da relação harmoniosa entre os que se identificam como iguais (excluindo os considerados diferentes), mas sim nos embates e conflitos entre diferenças que estão baseados e têm como fundamento primordial àquela igualdade.

Ao contrário, isto é, no ambiente de intolerância ou desconsideração pelas diversidades, identidades e diferenças, o direito à igualdade também pode contribuir para sociedades e mentalidades excludentes (no sentido menos de *exclusão dos diferentes* e mais de *exclusão das diferenças*). De fato, a ênfase acentuada na igualdade, quando desligada do empenho pela liberdade e pela justiça, apresenta o espectro do autoritarismo e da busca de homogeneização.

Disto decorre que as lutas sociais pelo direito à igualdade, compreendido como fundamento do processo de inclusão social e como princípio fundador de civilidade nas relações sociais (no interior das famílias, escolas, locais de trabalho, nos espaços de convivência lúdica,

⁽⁹⁾ Claro está que deixam ser legítimas as expressões que negam, que são contrárias ao princípio fundamental da igualdade (como expressões do nazismo, por exemplo).

no trânsito etc.), estão mediadas pelo reconhecimento da diferença e da diversidade humana.

Estas reflexões nos levam a afirmar que a cidadania substancial dos diversos grupos sociais e identidades presentes numa sociedade, e até mesmo a cidadania planetária, passa pelo fortalecimento e pelo estreitamento da relação - bela, conflituosa e complexa - entre o direito à igualdade e o direito à diferença.

BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, sociedade; Para uma Teoria Geral da Política*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
- DOIMO, Ana Maria. *Movimento Popular no Brasil pós-70: Formação de um Campo Ético-Político*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHEN, Regina. & DUARTE, Cristina. *Segregação e Exclusão Sócio-Espacial*, 1995. mimeo.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PIERUCCI, Antonio. Flávio. *Ciladas da Diferença*. In *Tempo Social; Revista Sociologia USP* 2 (2): 2º sem, 1990, São Paulo.
- SHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na era da Globalização*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. *Igualdade e Diversidade: O sujeito Democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998a.
- _____. *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998b.
- _____. *Depois das Jornadas Negras*. Folha de São Paulo, 27 jun. 1999.
- VALADÃO, Vanda. Bussinger. *Fundamentos dos Direitos Humanos*. In *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 53, mar. 1997.

REFLETINDO SOBRE A CIÊNCIA, A FILOSOFIA A TÉCNICA E O HOMEM NO MUNDO DE HOJE

Gabriel L. SANTIAGO*

INTRODUÇÃO

O Homem deixou de ser o centro do universo com as descobertas cósmicas de Copérnico. Com Darwin o homem deixou de ser o centro do reino animal. Com Marx o homem não é mais o centro da história. Finalmente com Freud, o homem deixou de ser o centro de si mesmo.

1. EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO E CIENTÍFICO

A passagem do **mito ao logos**, determinou a cisão entre a **fantasia** e a **razão**, iniciando-se assim o caminho do conhecimento no binômio teoria e empirismo ou seja, a linguagem e a observação atenta, objetiva. É a antigüidade com Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates fundamenta uma **ética** universal, Platão, o **arquétipo** como modelo para todas as coisas. Aristóteles adequa a inteligência com as coisas e fundamenta a lógica e a **teoria do conhecimento**.

A Idade Média unindo fé e razão, coloca a teologia como a ciência maior e a filosofia como instrumento importante para a interpretação da revelação divina. Desenvolve-se assim um sistema

⁽¹⁾ Professor Doutor do Instituto de Filosofia da PUC-Campinas.

aristotélico-tomista que sustenta uma estrutura teocêntrica na ligação Igreja e Estado .

Em certo momento já não bastava aquela estrutura feudal monolítica e centralizadora. Movimentos históricos, políticos e sociais, as navegações gradualmente superaram o sistema feudal através de novos veículos de comércio, novos produtos, etc. Sai-se do caráter teocêntrico para o perfil antropocêntrico, mais voltado para a natureza e atuando com certa liberalidade.

O retorno à natureza no pioneirismo franciscano irlandês, escocês e britânico oriundo do nominalismo chega-se a Francis Bacon, um dos pioneiros da ciência de perfil empírico. Desenvolve-se a matemática e geometria no racionalismo cartesiano e separando-se duas realidades a “**res cogitans**” e a “**res extensa**” tentando explicar a teologia, filosofia e o mundo físico.

No empirismo inglês de Locke desenvolve-se o liberalismo individualista no Estado contratualista, buscando o significado da verdade na relação da palavra com as coisas.

Cabe ao filósofo Kant mostrar que não conhecemos as essências, mas aquilo que nos parece ser, estabelecendo assim a diferença entre **noumenon** e **fenomenon** decretando de certa forma a metafísica clássica pela incapacidade humana de conhecer o que é a essência, deixando-nos no conforto da relatividade fenomênica.

Dentro da tradição empirista e objetivista, caberá a Augusto Comte sistematizar a chamada ciência positiva dando assim uma revirada às atitudes metafísicas, estabelecendo a LEI dos Três Estados: mágico, metafísico e positivista ou científico.

Contudo pela visão mecanicista da ciência, coube à Marx humanizar essa pretensa realidade objetiva inserindo o homem na transformação do mundo para humanizá-lo, explicando a realidade pelo materialismo histórico e dialético, denunciando a alienação humana na história e a necessária superação no método dialético da tese, antítese e síntese.

No fim do século XIX a ciência ganhava adeptos e já tudo era passível de ser reduzido às ciências da natureza, o cientificismo tor-

nou-se então a plataforma pura para solucionar o problema da verdade e a objetividade científica.

Contudo sobreveio a crise da ciência, pois nem tudo era possível provar e nem tudo poderia ser reduzido ao mecanicismo científico proveniente do século XVIII. Um dos primeiros a criticar isso foi o filósofo alemão Edmundo Husserl. Na medida que se torna difícil saber o que as coisas são em si e na medida que a minha subjetividade não responde tudo, o método fenomenológico poderia explicar a percepção da realidade num perfil original, suspendendo tudo aquilo que sabia sobre a realidade observada.

Também será Heisenberg, no Princípio de indeterminação da matéria que colocará a ciência nos seus limites sem pretender ter o supra-sumo do conhecimento.

Segue-se a partir daí uma bifurcação do conhecimento: um conhecimento de base estritamente científica com sua linguagem própria que se chamará neopositivismo e do outro lado uma linha racionalista e ética de base humanista no neotomismo (Gabriel Marcel, Jacques Maritain) na fenomenologia (Merleau Ponty, Heidegger, Sartre) no materialismo dialético Antonio Gramsci.

Enquanto a ciência avançou, também avançou sua aplicação como tecnologia.

2. A TÉCNICA COMO EXTENSÃO DO HOMEM

A multiplicidade de artefatos oriundos do conhecimento científico proporcionou ao homem melhor vida, mais conforto, porém mais violência e mais morte. Assim a técnica tem a marca da sua ambigüidade, pois dependendo das intenções humanas, os aparelhamentos técnicos podem favorecer, como os transportes, audiovisuais, comunicações, por outro lado podem ser máquinas de guerra, como as bombas atômicas, mísseis, armas biológicas, etc.

Realmente a extensão técnica do homem deve necessariamente ser submetida a uma filtração ética através de fóruns

internacionais e organismos como a ONU, no sentido de prevenir futuros acidentes, crimes de guerra, destruição massiva com armas letais.

3. A RAZÃO: REDESCOBRINDO A EMOÇÃO

No mundo ocidental a razão tem determinado o curso da história humana no sentido lógico-matemático e cientificista, porém pouco tem feito para descobrir o sentido da emotividade humana e suas relações sociais, ocasionando um distanciamento significativo entre a razão e a emoção. Com isso, manifesta-se o distanciamento entre razão e emoção ocasionando problemas sem fim como falta de solidariedade humana, sentido da vida, compreensão do outro, injustiças laborais, prepotência e poder armamentista.

Tudo se quer fazer pelo lado meramente quantitativo matemático e não pelo lado do exame complexo e profundo das Ciências Humanas e Sociais. Tudo se quer resolver ao nível **do que é** e não do **que deve ser**.

Tudo se pode adquirir, consumir, poluir, matou-se o tempo da conversa comum, do diálogo solto. A vida se resume a shoppings, novelas, ter e mais ter sem ser?

Na falta das relações solidárias em que a emoção desempenha o seu papel, tomou lugar o roubo, a violência, a intranqüilidade, o estress, e a ciência avança vertiginosamente mas parece não ver a humanidade nas suas relações das circunstâncias que o cercam: casamentos frágeis, tensões familiares crônicas oriundas de uma emocionalidade desequilibrada e de uma vida que perde as raízes do diálogo. Isto a ciência não resolve porque voltou-se para a produção, consumo, o capital.

4. DA COMPLEXIDADE DO HOMEM À COMPLEXIDADE DO MUNDO

O mundo está em guerra porque não resolveu seus problemas domésticos, nem compreendeu a origens das culturas. Daí não vale a

força da lei, mas a lei da força, portanto tem hegemonia quem detém a força no mundo, determinando o seu comportamento e interesse.

As nações se unem em blocos econômicos tentando dirimir as distâncias econômicas entre os Estados, mas são nações poderosamente econômicas que ditam os rumos da humanidade e o jogo dos interesses resultando injustiças que parecem não acabar.

Guerras religiosas, políticas e econômicas ainda incendeiam o mundo sem qualquer luz no fundo do túnel que traga a esperança.

Tensões entre civilizações orientais e ocidentais marcam as diferenças no "modus vivendi" dos povos. O não reconhecimento das diversidades culturais produzem um mal-estar entre as nações. Cresce o ódio por não se repartir a terra segundo as normas dos foros mundiais como a ONU, com isso, palestinos e judeus se digladiam sem fim. Ódios históricos advindos disso e de outros fatores estravassam em terrorismos.

As novas formas de convivência devem supor novo modelo ético que permita adequar a justiça a toda esfera social. Já não tem sentido a improvisação, mas sim métodos científicos e práticos que correspondam as necessidades humanas.

A esperança é uma realidade da utopia no futuro da realização, ou seja, a consistência daquilo que se espera e a realidade daquilo que não se vê.

Esta utopia que D.Quixote na obra de Cervantes queria realizar. O sonho impossível da dignidade humana nos meandros do nosso cotidiano. A vida se transformando na convivência, na amizade e dilatando os horizontes de uma resposta positiva, onde viver na terra deve ser fruto da convivência e não simplesmente e puramente de egoísmos do capital.

BIBLIOGRAFIA

POPPER, Karl R.: Conjecturas e Refutações. Brasília. Ed. Univ.de Brasília.1982

DENCKER, Ada de Freitas M. e **Da Via**, Sarah Chucid: Pesquisa empírica em Ciências Humanas. S.Paulo, Futura, 2001.

MORA, Ferrater : Dicionário de Filosofia, Barcelona, Ariel, 4 vols. 1994.

SCHOPENHAUER, Arthur: Respuestas filosóficas a la ética, a la ciência y a la religión. Madrid, Ed. Edaf. 1996.

TUGENDHAT, Ernst.: **Lições Sobre Ética**. Petrópolis, Vozes, 1997.

INSTRUÇÃO AOS AUTORES PARA AS PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

A revista Cadernos de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas, aceita trabalhos na área de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,5 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo e palavras chave.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da ABNT.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

FSS/PUC-Campinas

Rodovia Dom Pedro I, km 136

Parque das Universidades

Campinas - SP

CEP 13086-900

E-mail: fss@puc-campinas.edu.br

Fone/Fax (0xx19) 756-7019

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem autorização expressa dos autores.

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL é uma edição semestral
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas
Rodovia Dom Pedro I, km 136
Parque das Universidades - Campinas - SP
CEP 13086-900
Caixa Postal nº 317 - CEP 13012-970
E-mail: fss@puc-campinas.edu.br
Telefone (0XX19) 3756-7079 FAX (0XX19) 3756-7019
